

Banco Panamericano S.A.

Demonstrações Financeiras – Exercício 2012

18 de Fevereiro de 2013

Banco Panamericano S.A.

Relatório da Administração – 2012

18 de Fevereiro de 2013

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Panamericano S.A. (“Panamericano”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Informações Anuais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Panamericano firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição, por R\$940,4 milhões, de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”). A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários, por meio da Brazilian Securities, que é uma das maiores companhias securitizadoras do Brasil. Esta aquisição teve como objetivos: (i) adicionar à Companhia uma plataforma consolidada de originação de créditos com margens atraentes; (ii) garantir a expansão de seu portfólio de produtos em um mercado com grande potencial de crescimento; e (iii) ampliar sua rede de distribuição, com a incorporação dos 99 pontos de venda da BM Sua Casa.

Em 18 de janeiro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram as propostas da Administração para: (i) aumento do capital social do Panamericano no valor de até R\$1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais na ocasião existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$6,05 por ação ordinária ou preferencial (“Aumento de Capital”); (ii) alteração do Estatuto Social para criação de um Comitê de Remuneração; e (iii) incremento do dividendo obrigatório da Companhia, dos atuais 25% para 30% do lucro líquido ajustado no exercício social de 2012, sendo ainda majorado para 35% a partir do exercício social de 2013 (inclusive).

Em 31 de janeiro de 2012, os controladores do Panamericano integralizaram a totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias no Aumento de Capital. Na mesma data, conforme divulgado em Fato Relevante, o Panamericano assinou os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE.

Em 25 de abril de 2012 os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE. Em seguida, em 30 de abril de 2012, o Panamericano foi comunicado sobre o exercício, no âmbito do Aumento de Capital, pelo TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), dos direitos de preferência à subscrição a ele cedidos pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), no total de 30.095.978 ações preferenciais de emissão do Panamericano, correspondentes a 12,4% do total de ações preferenciais e 5,6% do total de ações emitidas pela Companhia, após o Aumento de Capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a homologação parcial do Aumento de Capital, com a subscrição de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$1.758.929.416,75. Tendo em vista que o aumento

de capital superou o valor de Subscrição Mínima, conforme definido no Aviso aos Acionistas datado de 18 de janeiro de 2012, as sobras não subscritas foram canceladas. Em seguida, em 08 de junho de 2012, o Bacen aprovou o Aumento de Capital, e em 11 de junho de 2012 aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Panamericano.

Com isso, em 19 de julho de 2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE, por meio da qual foi cindido o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos (“Brazilian Capital”). Adicionalmente, também em 19 de julho de 2012 e após a cisão descrita acima, foi concluída a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities. Desta forma, a partir daquela data, os saldos das operações da BFRE passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras do Panamericano.

ACORDOS OPERACIONAL E COMERCIAL

Por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Panamericano e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Panamericano, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações serão realizadas em condições de mercado.

Em 25 de abril de 2012, o BTG Pactual e a Caixa aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31 de janeiro de 2011 para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplicará, observada a legislação aplicável, recursos adicionais em depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Panamericano.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios da Companhia e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da BFRE, o Panamericano e a Caixa celebraram, também em 25 de abril de 2012, um Acordo Comercial por meio do qual a Caixa adquirirá, mediante solicitação da Companhia, letras de crédito imobiliário emitidas pelo Panamericano ou por companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse Acordo Comercial passou a vigorar, pelo prazo de 7 anos, a partir da conclusão da aquisição da BFRE, em 19 de julho de 2012.

Por fim, em 13 de setembro de 2012, a Caixa e o Panamericano firmaram, com a interveniência e anuência da Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) e do BTG Pactual, entre outros, um Acordo Operacional que estabelece um regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

AMBIENTE ECONÔMICO

Ao longo do 4º trimestre, a economia continuou se expandindo em ritmo moderado, de acordo com os indicadores de alta frequência. Entre os determinantes da atividade, o mercado de trabalho manteve-se apertado, com a taxa de desemprego continuando a quebrar recordes históricos ao registrar os menores resultados mensais desde que a série atual foi iniciada, em 2002. O rendimento médio continuou crescendo e, somado à expansão da população ocupada, resultou no continuado aumento da massa salarial real. Nesse quadro, a despeito de especificidades setoriais, as restrições na oferta de mão de obra devem seguir representando um gargalo para a expansão da atividade. Por outro lado, o crédito continuou apontando para um crescimento moderado, apesar de sinais melhores na margem nos indicadores do endividamento das famílias. As vendas no varejo, mais uma vez, mantiveram-se como o segmento mais robusto da atividade, enquanto a produção industrial seguiu em marcha lenta. As sondagens industriais mostraram estoques mais ajustados, mas a situação manteve-se heterogênea e o crescimento da indústria no 4º trimestre deve ter sido próximo de zero, se não negativo (depois da alta do 3º trimestre – a primeira após cinco trimestres consecutivos em retração). Os sinais recentes foram pouco alentadores também no tocante ao investimento. O segmento de bens de capital registrou em novembro a quarta queda mensal consecutiva em seu nível de produção. Diante desse ambiente, o noticiário recente a cerca dos riscos do balanço energético em 2013/2014 não chega em boa hora. Ainda que, considerando o intervalo de confiança dos modelos de projeção, o PIB possa ter acelerado no 4º trimestre, é provável que essa aceleração tenha sido modesta. Caso tal quadro se confirme, é possível que o mercado inicie uma nova rodada de revisões baixistas para o PIB de 2013, em virtude do menor carregamento estatístico interanual.

A inflação ao consumidor, por sua vez, acelerou além do esperado no 4º trimestre. O IPCA alcançou 2%, acima do mesmo trimestre de 2011 (1,5%) e, mais uma vez, num patamar bastante elevado quando comparado ao seu padrão histórico. O grupo alimentação voltou a ter contribuição importante, mas as pressões foram disseminadas. O segmento de bens duráveis voltou ao terreno da inflação e a inflação de serviços registrou forte elevação em dezembro. Assim, as medidas de núcleo alcançaram um patamar elevado no fim do ano, encerrando em alta acumulada de 5,8%, em linha com a inflação cheia, e o índice de difusão atingiu o segundo pior resultado da série histórica para o mês de dezembro. E parece haver mais ainda por vir, pelo menos no início de 2013, com a inflação se mantendo no patamar de 6% em boa parte do ano. Parecem também crescentes as chances de um reajuste de combustíveis no 1º trimestre. Adicionalmente, os problemas do balanço energético sugerem uso mais intenso da energia térmica em 2013, cujo efeito deve ser o de encarecer as tarifas ao longo do ano, mitigando o esperado efeito baixista agendado para fevereiro. Em suma, a tendência subjacente da inflação continua não apontando para um cenário de convergência do IPCA para o centro da meta, embora novas desonerações de impostos possam ter impacto pontual sobre o índice. As expectativas de inflação seguem desancoradas para 2013 e horizontes mais longos, indicado um maior risco inflacionário percebido pelos agentes.

No âmbito fiscal, os resultados já vinham mais fracos, apontando para a dificuldade do cumprimento da meta "cheia" para o superávit primário. Mas, em novembro, as contas do setor público surpreenderam ao registrar um déficit primário – o primeiro desde março de 2010 – e o primário acumulado em 12 meses caiu para 1,9% do PIB. Operações financeiras isoladas envolvendo o Fundo Soberano do Brasil ("FSB") e antecipações de dividendos ao Tesouro Nacional elevaram o resultado primário de dezembro, de modo a permitir que a meta anual seja atingida uma vez efetuada a dedução, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, das despesas do PAC. O noticiário recente sugere maior relaxamento fiscal também em relação ao superávit primário de 2013.

O Real encerrou o 4º trimestre em R\$2,05/US\$, em patamar similar ao observado no fim do trimestre anterior (R\$2,03/US\$). Apesar disso, houve aumento da volatilidade e um pico de depreciação adicional da moeda (R\$2,14/US\$), que só começou a ser revertido de maneira visível em meados de dezembro. A reversão decorreu da mudança na atuação do Banco Central no mercado de câmbio e de declarações explícitas das autoridades, afirmando sua preferência pelo retorno do Real aos patamares anteriores à onda de depreciação iniciada em novembro. Tal reversão também reaproximou a taxa de câmbio dos níveis sugeridos pelos seus fundamentos

tradicionais, que não sugeriam razão para a onda de depreciação. Com relação ao balanço de pagamentos, a conta corrente segue flutuando com déficit pouco maior que 2% do PIB em 12 meses, comportamento observado desde meados de 2010. Embora o investimento direto líquido venha se mantendo próximo a 3% do PIB desde meados de 2011, o volume de financiamento do balanço de pagamentos tem diminuído, principalmente em virtude de uma menor taxa de rolagem dos vencimentos da dívida do setor privado. Mesmo diante do desempenho mais fraco do balanço de pagamentos, o Banco Central deve seguir sem dificuldades para lidar com eventuais desequilíbrios de curto prazo, dado o nível de reservas internacionais (de quase US\$400 bilhões), e conforme evidenciado por sua atuação no mercado cambial no fim do ano passado.

Em relação à política monetária, a taxa Selic foi reduzida em 25 pontos-base ao longo do 4º trimestre, para 7,25%. O Banco Central continua sinalizando com clareza a intenção de manter-se nesse patamar por um período prolongado e, em sua comunicação mais recente, não há indícios de que esteja se preparando para abandonar tal estratégia. Além disso, como a atual postura de política monetária provê estímulo, que não deve ser mantido permanentemente, é natural esperar que a taxa básica volte a subir quando a economia deixar para trás o período de atividade mais fraca. De qualquer forma, é provável que os desenvolvimentos mais recentes do noticiário econômico tenham reduzido tanto as chances de cortes adicionais da taxa básica de juros, por conta das pressões inflacionárias mais intensas, quanto adiado qualquer discussão sobre a necessidade natural de elevá-la, mais cedo ou mais tarde, de modo a normalizar as condições monetárias. Apesar do provável adiamento da discussão de eventuais aumentos, ainda é razoável esperar que a taxa Selic comece a subir antes do final de 2013.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Neste contexto de desempenho moderado da atividade econômica e acomodação gradual da inadimplência dos indivíduos, aliados ao amadurecimento das ações de redirecionamento estratégico e reestruturação operacional do Panamericano, incluindo a incorporação das operações da BFRE a partir de 19 de julho de 2012, a originação de ativos de crédito manteve sua trajetória de crescimento, mesmo sobre o patamar mais elevado de originação alcançado no trimestre anterior, atingindo média mensal de R\$993,0 milhões no 4º trimestre de 2012, 13,0% acima dos R\$878,5 milhões do 3º trimestre de 2012 e 51,8% superior aos R\$654,0 milhões do 4º trimestre de 2011. O crescimento da produção no 4º trimestre foi impulsionado pela maior originação de financiamentos de veículos, crédito imobiliário e para empresas, enquanto as operações de crédito consignado permaneceram praticamente estáveis em relação ao trimestre anterior.

A Carteira Total de Crédito era de R\$13,8 bilhões ao final do 4º trimestre, 4,4% maior do que a carteira de R\$13,2 bilhões em setembro de 2012 e 27,1% maior do que os R\$10,8 bilhões de dezembro de 2011. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$10,8 bilhões; (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$1,2 bilhão; (iii) a totalidade das carteiras cedidas a FIDCs, no valor de R\$1,4 bilhão, sendo que o Banco detinha cotas dos referidos FIDCs no valor de R\$458,4 milhões; (iv) o saldo das operações de leasing, de R\$331,0 milhões; e (v) o saldo das operações de avais e fianças, no valor de R\$30,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, o Panamericano possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$44,0 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu R\$13.799,5 milhões no final do 4º trimestre de 2012.

O saldo da carteira de crédito com resultado retido, que exclui da carteira total os créditos cedidos com coobrigação e, desta forma, fornece a medida da carteira que rende receitas para a Companhia, por sua vez, manteve crescimento superior ao da Carteira Total de Crédito, tendo atingido R\$12,6 bilhões no fim do 4º trimestre, com crescimento de 6,8% em relação ao trimestre anterior e de 44,1% em relação ao mesmo trimestre de 2011.

O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 80,8% da carteira total em dezembro de 2012, mostrando maior diversificação da carteira em relação aos 90,5% de participação do crédito para Pessoas Físicas registrados no final de dezembro de 2011.

Financiamento de Veículos

Segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos totalizou R\$187,5 bilhões no 4º trimestre de 2012, com queda real de 1,5% contra o trimestre anterior e de 2,2% contra o mesmo trimestre de 2011. A modalidade representa 25,9% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de *leasing*, que representa 2,0% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraindo e acumula queda real de 18,7% no trimestre e de 51,6% nos últimos doze meses. As concessões reais de crédito para aquisição de veículos (CDC) totalizaram R\$24,5 bilhões no 4º trimestre de 2012, com queda real de 4,7% em relação ao trimestre anterior (em termos dessazonalizados) e de 13,8% em relação ao mesmo trimestre de 2011.

Ainda de acordo com dados do Bacen, a taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos atingiu 5,3% em dezembro, registrando queda de 0,7 p.p. na comparação com o trimestre anterior e alta de 0,3 p.p. contra o mesmo trimestre do ano anterior. Destaca-se que a máxima histórica do indicador, de 6,1%, foi alcançada em maio de 2012, tendo recuado gradativamente desde então. As taxas de atrasos entre 15 e 90 dias, com ajuste sazonal, atingiram 7,7% do saldo de crédito da modalidade, registrando recuo de 0,3 p.p. no comparativo com o trimestre anterior e queda de 0,5 p.p. contra o mesmo trimestre do ano anterior. Os *spreads* cobrados das famílias, por sua vez, tiveram a média de 12,7%, registrando recuo de 0,3 p.p. entre o 3º e o 4º trimestres de 2012 e queda de 3,5 p.p. no comparativo com o 4º trimestre de 2011.

Segundo a Fenabreve, a venda de veículos (automóveis e comerciais leves novos e usados) totalizou 3,3 milhões de unidades no 4º trimestre de 2012, avanço de 1,1% em relação ao mesmo período de 2011, com a comercialização de usados caindo 1,4% e as vendas de novos registrando alta de 7,7%. Na comparação com o trimestre anterior, houve recuo de 6,9% no mercado de veículos novos e de 1,7% no segmento de usados (com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 137,9 mil unidades no 4º trimestre de 2012, retração de 8,9% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, com queda de 13,9% no segmento de novos e de 6,3% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre anterior houve alta de 1,1%, com alta de 13,3% no mercado de pesados novos e queda de 3,5% no segmento de pesados usados (dados ajustados sazonalmente). Todavia, a manutenção do IPI zero para caminhões, taxas de juros atrativas junto ao BNDES, o maior crescimento da economia e a retomada de investimentos públicos em infra-estrutura trazem perspectivas mais favoráveis para o desempenho do segmento em 2013.

Também de acordo com a Fenabreve, as vendas de motos no 4º trimestre totalizaram 1,0 milhão de unidades, incluindo novas e usadas, com retração de 8,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (queda de 22,1% no segmento de motos novas e alta de 2,3% no mercado de usadas). Na comparação com o trimestre anterior, houve retração de 2,3% no mercado de motos novas e alta de 2,4% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente). O melhor desempenho para o mercado de crédito de veículos como um todo (com queda de inadimplência e aumento das concessões) deve elevar as vendas do segmento de motos, muito dependente de financiamento.

O financiamento de veículos permanece sendo o principal mercado de atuação da Companhia. Foram concedidos R\$1.399,5 milhões em novos financiamentos no 4º trimestre de 2012, incluindo as operações de arrendamento mercantil, valor 13,5% maior do que os R\$1.233,0 milhões originados no trimestre anterior e 13,0% maior do que os R\$1.238,6 milhões originados no 4º trimestre de 2011.

O Banco está ativamente presente em 6.746 concessionárias e revendedoras de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 9,7% da originação total. Sua estratégia em veículos leves tem sido orientada pela busca do equilíbrio entre a participação nos segmentos de automóveis novos e usados. Neste sentido, cabe destacar que, no 4º trimestre de 2012, o financiamento de automóveis novos respondeu por 49,9% do financiamento de veículos leves e 41,2% do financiamento total de veículos no período, percentuais comparados, respectivamente, aos 46,0% e 37,9% do trimestre anterior e aos 41,7% e 18,8% do 4º trimestre de 2011.

Os financiamentos de veículos pesados tiveram produção média mensal de R\$31,2 milhões no 4º trimestre de 2012, 51,5% abaixo do trimestre anterior, refletindo o desaquecimento das vendas deste segmento e a adoção de critérios mais conservadores de aprovação de crédito pelo Panamericano. Os financiamentos de motos, por sua vez, tiveram produção média mensal de R\$50,2 milhões no último trimestre, 10,4% acima do 3º trimestre de 2012, como resultado da reestruturação das equipes comerciais do Banco dedicadas a este segmento e apesar da adoção, também neste mercado, de critérios mais conservadores de aprovação de crédito.

O crescimento da originação de financiamentos de veículos nos últimos trimestres tem sido alcançado com melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safras originadas desde o 2º semestre de 2011.

Crédito Pessoal

Segundo o Bacen, o saldo de crédito pessoal, incluindo consignado, totalizou R\$280,5 bilhões no 4º trimestre de 2012, acumulando alta real de 0,2% e 8,5% ante o trimestre imediatamente anterior e o mesmo trimestre de 2011, respectivamente. A modalidade representa 38,7% do saldo de crédito livre destinado às famílias. A taxa de inadimplência acima de 90 dias atingiu em dezembro 6,4% do saldo de crédito da modalidade, com altas de 0,4 e 0,9 p.p. no trimestre e nos últimos 12 meses, respectivamente. Destaca-se que o indicador se encontra no nível mais elevado desde o primeiro semestre de 2006.

As concessões reais de crédito pessoal (incluindo consignado) totalizaram R\$47,2 bilhões no 4º trimestre de 2012, com alta real de 4,5% em relação ao trimestre anterior (em termos dessazonalizados) e de 2,1% em relação ao mesmo trimestre de 2011. As concessões reais de crédito consignado totalizaram R\$23,2 bilhões no 4º trimestre de 2012, com altas de 3,7% no comparativo anual e de 2,0% ante o trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal). Já as concessões de crédito pessoal não-consignado totalizaram R\$24,0 bilhões, com altas de 0,6% no comparativo anual e de 5,0% ante o trimestre imediatamente anterior (também com ajuste sazonal).

O saldo real de crédito consignado, que representa 25,9% do saldo de crédito livre destinado às famílias, cresceu 1,5% entre o 3º e o 4º trimestres de 2012. No mesmo período, a taxa real de crescimento do saldo destinado aos trabalhadores públicos foi de 1,1% e, no caso dos trabalhadores privados, o avanço real foi de 3,9%. Em relação ao 4º trimestre de 2011, o saldo consignado total acumula alta real de 11,6%, sendo 9,5% para trabalhadores públicos e 24,3% para os privados. Atualmente, os empréstimos consignados para trabalhadores privados correspondem a 16,0% do crédito consignado total, a maior participação da série histórica. Com a maturação do mercado de empréstimos para servidores públicos, este nicho tem melhores perspectivas de crescimento a médio e longo prazo.

O Panamericano concedeu R\$467,3 milhões em novos financiamentos de crédito consignado no 4º trimestre de 2012, valor 0,5% maior do que os R\$464,9 milhões do trimestre anterior e 277,6% maior do que os R\$123,8 milhões originados no 4º trimestre de 2011. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$120,6 milhões em novos financiamentos entre setembro e dezembro, com

redução de 8,9% em relação ao trimestre anterior e crescimento de 5,4% em relação ao mesmo trimestre de 2011.

Cartões

No 4º trimestre de 2012 foram emitidos 27,0 mil novos cartões de crédito pelo Panamericano, entre titulares e adicionais, nas bandeiras MasterCard e Visa. A base de contas de cartões de crédito, distribuída entre institucionais e híbridos, fechou o período com 1,5 milhão de contas, equivalentes a 2,5 milhões de cartões na base. No 1º semestre o Banco implantou o modelo de *behavior scoring* que permitiu, entre outras ações, a revisão dos limites de crédito dos clientes portadores de cartões. Esta ação resultou no crescimento do volume transacionado entre os clientes de menor risco de crédito, o que por sua vez fez com que o valor transacionado com os cartões de crédito Panamericano atingisse o montante de R\$ 695,9 milhões no 4º trimestre, 10,6% acima do trimestre anterior, e proporcionou um aumento na quantidade de transações de 3,2%, alcançando 6,4 milhões de transações no último trimestre.

Tanto a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa quanto as despesas administrativas tiveram queda em relação ao trimestre anterior, de 35,8% e 6,4%, respectivamente, enquanto a receita operacional bruta teve crescimento de 8,1% no mesmo período. Estes resultados refletem as ações tomadas no último ano, como o aprimoramento dos modelos de concessão, a melhor performance na recuperação de créditos e a racionalização dos investimentos para rentabilização da base.

Empresas

De acordo com o Bacen, as concessões totais de crédito para empresas totalizaram R\$371,8 bilhões no 4º trimestre de 2012, com variações reais de -0,9% e 0,5% sobre o trimestre anterior (dados dessazonalizados) e na comparação com o mesmo trimestre de 2011, respectivamente. As modalidades de capital de giro, conta garantida e adiantamento de contratos de câmbio (“ACC”) registraram variações reais dessazonalizadas contra o trimestre anterior de 3,2%, -3,7% e -20,5%, respectivamente. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, as variações reais foram de 10,9%, -9,4% e -4,9%, respectivamente. A taxa de inadimplência acima de 90 dias ficou em 4,0% da carteira de crédito em dezembro de 2012, registrando estabilidade na comparação com o trimestre anterior e alta de 0,1 p.p. nos últimos 12 meses.

A concessão de novos financiamentos do Panamericano para empresas foi de R\$692,0 milhões no 4º trimestre de 2012, valor 20,7% maior do que os R\$573,4 milhões do 3º trimestre de 2012 e 42,9% acima dos R\$484,3 milhões do mesmo trimestre do ano anterior. Desta forma, a carteira de crédito para empresas atingiu R\$1.663,7 milhões no final de dezembro, incluindo avais e fianças, com expansão de 15,3% e 93,5%, respectivamente, em relação ao trimestre anterior e ao 4º trimestre de 2011. O saldo das operações de ACC era de R\$360,2 milhões no final de dezembro, contra R\$330,2 milhões no final de setembro de 2012, representando uma elevação de 9,1% no trimestre.

A carteira de crédito expandida para empresas, incluindo as aplicações em títulos privados no valor de R\$44,0 milhões, atingiu R\$1.707,7 milhões no final do 4º trimestre de 2012.

Crédito Imobiliário

O saldo de crédito imobiliário (livre + direcionado) totalizou R\$277,1 bilhões no 4º trimestre de 2012, crescimento de 5,9% em relação ao trimestre anterior e alta de 30,6% em relação ao 4º trimestre de 2011. Desse total, R\$256,7 bilhões correspondem a recursos direcionados, com crescimento de 5,9% e 30,0% nos comparativos trimestral e anual, respectivamente. O saldo de crédito imobiliário livre atingiu R\$20,4 bilhões, crescimento real

de 6,6% em relação ao trimestre anterior e alta real de 38,2% em doze meses. O crédito imobiliário correspondeu a 6,3% do PIB, avanço de 1,4 p.p. nos últimos doze meses.

De acordo com dados do Bacen e da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, as concessões totais reais de crédito imobiliário livre e operações contratadas com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (“SBPE”) atingiram R\$27,5 bilhões no 4º trimestre de 2012, com alta de 12,7% ante o trimestre imediatamente anterior (dados dessazonalizados) e de 5,4% na comparação com o mesmo trimestre de 2011. A taxa de inadimplência *over 90* do crédito imobiliário livre atingiu o patamar de 1,4% no 4º trimestre de 2012, com queda de 0,1 p.p. em relação ao trimestre anterior e estável no comparativo anual. Já a inadimplência do crédito imobiliário com recursos do SBPE (contratos firmados após 1998 e Faixa Especial) registrou o patamar de 1,8% no 4º trimestre de 2012, queda de 0,1 p.p. e 0,2 p.p. ante o trimestre anterior e o 4º trimestre de 2011, respectivamente.

O Panamericano originou R\$302,1 milhões em financiamentos imobiliários no 4º trimestre de 2012, valor 29,3% acima do trimestre anterior, sendo: (i) R\$68,1 milhões em créditos concedidos para pessoas jurídicas; (ii) R\$173,0 milhões em créditos concedidos para pessoas físicas, sendo R\$131,6 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil), R\$41,5 milhões para a aquisição de imóveis e R\$2,5 milhões em outras modalidades; e (iii) R\$58,5 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities para securitização.

Desta forma, a carteira de crédito imobiliário atingiu R\$1.281,4 milhões no final de dezembro, sendo R\$791,8 milhões em operações de financiamento imobiliário para pessoas jurídicas e R\$489,6 milhões em créditos para pessoas físicas. Este valor é 6,8% maior do que o saldo da carteira de R\$1.200,1 milhões no final do trimestre anterior.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$14,2 bilhões em dezembro, 0,8% acima do saldo de R\$14,1 bilhões no final do 3º trimestre de 2012 e 27,8% acima do saldo de R\$11,0 bilhões no final do 4º trimestre de 2011, acompanhando as necessidades de financiamento dos ativos. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo, interbancários, letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário, que correspondiam a 66,8% do total, ou R\$9,5 bilhões; (ii) as cotas de terceiros em FIDCs exclusivamente de créditos originados pelo Banco, representando 4,0% do total, ou R\$561,0 milhões; (iii) as cessões de crédito, com 8,2% do total, ou R\$1,2 bilhão; (iv) as emissões de títulos e dívida subordinada no valor de R\$1,8 bilhões, equivalentes a 12,8% do total; e (v) as captações no mercado aberto, com 7,6% do total ou R\$1,1 bilhão.

Em 26 de outubro de 2012, o Panamericano liquidou a emissão de notas sênior realizada em 26/10/2009, no valor original de US\$200,0 milhões, cujo saldo devedor de principal em aberto era de US\$199,1 milhões. Embora o mercado internacional de capitais oferecesse, na ocasião, condições favoráveis a uma nova emissão para refinar este vencimento, o Banco considerou suas condições de financiamento no mercado local por hora mais atraentes, razão pela qual as notas foram integralmente quitadas com recursos de *funding* local.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da nova composição acionária, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE”) foi novamente reduzido, terminando o 4º trimestre de 2012 em R\$526,0 milhões, 32,9% abaixo dos R\$784,2 milhões do final do 3º trimestre de 2012 e 45,0% abaixo dos R\$958,0 milhões do 4º trimestre do ano anterior.

Da mesma forma, o saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coobrigação vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem, uma vez que o Panamericano não

realizou mais tais cessões sob a atual administração. Assim, o saldo de R\$1.157,8 milhões em carteiras cedidas com coobrigação ao final do 4º trimestre representou uma redução de 15,9% em comparação ao saldo de R\$1.377,0 milhões no final do trimestre anterior e uma queda de 44,4% em relação ao saldo de R\$2.082,7 milhões no final do 4º trimestre de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, os depósitos a prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 77,9%; (ii) pessoas jurídicas, com 14,8%; e (iii) pessoas físicas, com 7,3%.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Panamericano declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Custos e Despesas

Os custos e despesas foram impactados, no 2º semestre de 2012, pela incorporação da BFRE. Foram adicionados ao quadro de pessoal do Panamericano os 683 funcionários da BFRE, fazendo com que fosse atingido, no final de dezembro, o total de 3.416 funcionários no Panamericano e suas subsidiárias. Desta forma, a soma das despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas alcançou R\$439,8 milhões no 4º trimestre de 2012. Excluindo deste valor as despesas variáveis relativas às comissões nas operações de cessão de créditos sem coobrigação e ao pagamento de remuneração variável para os funcionários, no entanto, os custos e despesas somaram R\$367,1 milhões, 7,1% menores do que no trimestre anterior, na mesma base de comparação, e 0,5% acima do 4º trimestre de 2011. Tais resultados demonstram a disciplina de gastos que vem sendo mantida, com estrito controle de custos e despesas apesar da incorporação da BFRE e do crescimento da originação de créditos nos períodos comparados, que implica em maior pagamento de comissões.

A adequação da estrutura de custos do Panamericano à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas adicionais de ajuste serão tomadas para garantir tal adequação.

Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem

O Panamericano apresentou no 4º trimestre de 2012 um resultado negativo de R\$38,4 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado negativo de R\$197,9 milhões no trimestre anterior e ao lucro de R\$13,6 milhões no 4º trimestre de 2011. As variações entre os resultados citados se devem, em grande parte, aos diferentes valores de cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. Desta forma, houve cessões de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor de R\$1.054,1 milhões no 4º trimestre de 2012, sem coobrigação, comparadas à cessão sem coobrigação de carteiras de crédito imobiliário no valor de R\$342,8 milhões no 3º trimestre de 2012 e à cessão sem coobrigação de carteiras de crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor de R\$496,3 milhões no 4º trimestre de 2011. Cabe destacar ainda que, na comparação com o resultado do último trimestre do ano de 2011, deve-se levar em conta que o resultado daquele período havia sido favoravelmente impactado pela ativação de créditos tributários no valor de R\$191,9 milhões.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$339,5 milhões no 4º trimestre de 2012, 20,5% menor do que a despesa de R\$427,0 milhões no trimestre anterior, refletindo a tendência apontada pela melhora dos indicadores antecedentes de qualidade da carteira das safras originadas desde o fim de 2011. O comportamento de tais indicadores sugere que as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa deverão continuar caindo de forma gradual ao longo dos próximos trimestres.

Igualmente importante foi o aumento da recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, fruto da revisão completa do processo de cobrança que incluiu, entre outros, a

redução do número de assessorias e a implantação de um novo sistema de gestão da cobrança que busca um maior alinhamento de interesses entre o Banco e as assessorias, com a distribuição das novas cargas atrelada ao desempenho de cada parceiro. Desta forma, a receita de recuperação de créditos em atraso atingiu R\$43,6 milhões no 4º trimestre de 2012, 12,7% acima do trimestre anterior e 108,6% maior do que a mesma receita no 4º trimestre de 2011. Como consequência, a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$295,9 milhões no 4º trimestre de 2012, 23,8% inferior à despesa líquida de R\$388,2 milhões no trimestre anterior.

O Patrimônio Líquido consolidado do Panamericano era de R\$2.489,3 milhões em dezembro de 2012, comparado a R\$2.528,2 milhões em setembro de 2012 e R\$1.227,3 milhões no final de 2011. O Índice de Basiléia do Conglomerado Financeiro era de 14,13% em 31 de dezembro de 2012, enquanto o Índice de Basiléia Consolidado Econômico-Financeiro era de 11,68% na mesma data, comparados a 14,97% e 12,19% em 30 de setembro de 2012.

O valor da Margem Operacional no 4º trimestre foi de R\$494,1 milhões para o Conglomerado Financeiro, e de R\$84,4 milhões no Consolidado Econômico-Financeiro.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Panamericano no trimestre e no exercício de 2012 não contratou e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução das medidas de reestruturação operacional do Panamericano e na aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013.

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011		
CIRCULANTE		5.371.779	3.948.060	7.169.692	4.856.857	CIRCULANTE		8.802.019	5.965.122	10.025.483	6.701.741
Disponibilidades	6	28.163	24.494	36.767	25.816	Depósitos	18.a	5.750.486	3.723.375	5.159.205	3.721.911
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.a	450.747	1.063.431	450.350	789.295	Depósitos à vista		101.616	97.461	101.560	97.172
Aplicações no mercado aberto		334.877	639.461	334.877	639.461	Depósitos interfinanceiros		4.447.185	2.695.399	4.104.741	2.695.399
Aplicações em depósitos interfinanceiros		115.870	423.970	115.473	149.834	Depósitos a prazo		1.201.685	930.515	952.904	929.340
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	8	148.512	26.488	409.188	129.131	Captações no mercado aberto	18.b	1.055.057	442.472	1.034.179	411.560
Carteira própria		67.126	771	304.250	103.392	Carteira própria		815.335	442.472	794.457	411.560
Vinculados a compromissos de recompra		45.259	-	68.810	-	Carteira de terceiros		239.722	-	239.722	-
Instrumentos financeiros derivativos	8.c	10.016	25.451	10.016	25.451	Recursos de aceites e emissão de títulos	18.c	693.591	77.161	1.602.731	77.161
Vinculados a prestação de garantias		26.111	266	26.111	266	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		670.835	66.711	1.552.429	66.711
Outras aplicações		-	-	1	22	Recursos de Debêntures		-	-	27.546	-
Relações interfinanceiras		27.794	10.931	27.794	10.931	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		22.756	10.450	22.756	10.450
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		1.267	936	1.267	936	Relações interfinanceiras		161.870	325.226	152.364	312.426
Correspondentes no país		26.527	9.995	26.527	9.995	Recebimentos e pagamentos a liquidar		2	-	2	-
Operações de crédito	9	2.841.630	1.827.357	3.954.334	2.386.254	Correspondentes no país	19	161.868	325.226	152.362	312.426
Operações de crédito - setor privado		3.294.862	2.337.740	4.936.658	3.093.092	Relações interdependências		7.375	3.809	7.375	3.809
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	9.d	(453.232)	(510.383)	(982.324)	(706.838)	Recursos em trânsito de terceiros		7.375	3.809	7.375	3.809
Operações de arrendamento mercantil	9	-	-	150.400	256.703	Obrigações por empréstimos		56.817	-	139.838	-
Operações de arrendamento a receber		-	-	181.848	304.588	Empréstimos no país - Outras Instituições		-	-	37.401	-
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	9.d	-	-	(31.448)	(47.885)	Empréstimos no Exterior		56.817	-	102.437	-
Outros créditos		1.767.014	914.540	1.993.422	1.118.958	Instrumentos financeiros derivativos	8.c	738	605	2.943	605
Carteira de câmbio	10	371.506	71.051	371.506	71.051	Instrumentos financeiros derivativos		738	605	2.943	605
Rendas a receber		1.597	8.568	2.434	8.573	Outras obrigações		1.076.085	1.392.474	1.926.848	2.174.269
Negociação e intermediação de valores		1.898	969	3.574	1.722	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.703	8.842	3.852	8.842
Prêmios de seguros a receber		-	-	10.038	10.548	Sociais e estatutárias		11	646.472	4.632	646.472
Recebíveis imobiliários	11	-	-	52.323	-	Fiscais e previdenciárias	23.a	15.962	108.577	192.298	139.930
Títulos e créditos a receber	9 e 13	498.833	472.239	498.833	472.239	Negociação e intermediação de valores		855	14.541	90.943	14.541
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	9.d	(31.366)	(76.059)	(31.798)	(76.059)	Provisões técnicas de seguros e previdência	24.d	-	-	143.946	115.722
Diversos	13	924.546	437.772	1.086.512	630.884	Dívidas subordinadas	21	162.339	23.896	162.339	23.896
Outros valores e bens		107.919	80.819	147.437	139.769	Diversas	23.b	893.215	590.146	1.328.838	1.224.866
Outros valores e bens	14.a	118.359	105.749	141.756	114.088						
(Provisão para desvalorização)	14.a	(93.312)	(72.365)	(98.925)	(77.899)						
Despesas antecipadas	14.b	82.872	47.435	104.606	103.580						

	Nota explicativa	Banco		Consolidado			Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO						PASSIVO					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		9.607.406	7.807.137	11.050.842	8.388.435	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.892.294	4.647.141	6.012.487	5.342.161
Aplicação interfinanceira de liquidez	7.a	296.945	451.696	59.041	119.731	Depósitos	18.a	1.503.828	1.505.879	1.454.923	1.499.605
Aplicações em depósitos interfinanceiros		296.945	451.696	59.041	119.731	Depósitos interfinanceiros		45.766	25.805	45.766	25.805
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	8	1.926.776	1.919.483	2.046.320	1.139.715	Depósitos a prazo		1.458.062	1.480.074	1.409.157	1.473.800
Carteira própria		796.797	1.211.802	809.329	432.034	Captações no mercado aberto	18.b	45.677	121.370	45.677	104.869
Vinculados a compromissos de recompra		816.029	565.205	889.315	565.205	Carteira própria		45.677	121.370	45.677	104.869
Instrumentos financeiros derivativos	8.c	195.319	102.208	195.319	102.208	Recursos de aceites e emissão de títulos	18.c	1.574.427	1.152.790	1.962.027	1.152.790
Vinculados a prestação de garantias		118.631	40.268	152.357	40.268	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		984.595	237.891	1.345.528	237.891
Operações de crédito	9	5.019.309	3.066.995	5.973.062	4.092.257	Recursos de Debêntures		-	-	26.667	-
Operações de crédito - setor privado		5.381.431	3.212.508	6.428.510	4.383.498	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		589.832	914.899	589.832	914.899
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	9.d	(362.122)	(145.513)	(455.448)	(291.241)	Obrigações por empréstimos		-	-	305.181	-
Operações de arrendamento mercantil	9	-	-	123.634	343.452	Empréstimos no país - Outras Instituições		-	-	100.000	-
Operações de arrendamento a receber		-	-	149.489	384.209	Empréstimos no Exterior		-	-	205.181	-
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	9.d	-	-	(25.855)	(40.757)	Instrumentos financeiros derivativos	8.c	3.458	21.284	4.576	21.284
Outros créditos		2.120.679	2.218.619	2.575.727	2.486.132	Instrumentos financeiros derivativos		3.458	21.284	4.576	21.284
Carteira de câmbio		7	10.083	7	10.083	Outras obrigações		1.764.904	1.845.818	2.240.103	2.563.613
Créditos específicos		-	-	3.778	3.138	Fiscais e previdenciárias	23.a	614.419	437.453	800.581	719.343
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	120	-	Negociação e intermediação de valores		-	-	79.030	-
Recebíveis Imobiliários	11	-	-	102.275	-	Dívidas subordinadas	21	1.032.290	937.900	1.032.290	937.900
Benefício residual em Operações Securitizadas	12	-	-	17.328	-	Diversas	23.b	118.195	470.465	328.202	906.370
Títulos e créditos a receber	9 e 13	11.527	-	11.527	-	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.543	339	1.543	339
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	9.d	(115)	-	(854)	-	Resultados de exercícios futuros		1.543	339	1.543	339
Diversos	13	2.109.260	2.208.536	2.441.546	2.472.911	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	24	32
Outros valores e bens		243.697	150.344	273.058	207.148	Participação de acionistas minoritários		-	-	24	32
Despesas antecipadas	14.b	243.697	150.344	273.058	207.148	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.552.409	1.398.350	2.489.312	1.227.288
PERMANENTE		1.269.080	255.755	308.315	26.269	Capital social:	25	2.867.020	1.108.091	2.867.020	1.108.091
Investimentos		1.230.267	238.926	788	1.026	De domiciliados no país		2.469.731	1.020.586	2.469.731	1.020.586
Participações em controladas	15.a	1.229.864	238.466	-	-	De domiciliados no exterior		397.289	87.505	397.289	87.505
Outros investimentos	15.b	403	460	788	1.026	Reservas de capital		-	172	-	172
Imobilizado de uso	16	6.894	6.435	14.767	11.559	Reservas de lucros		-	290.121	-	290.121
Imóveis de uso		-	-	2.530	5.222	Ajustes de avaliação patrimonial		(978)	(34)	(978)	(34)
Outras imobilizações de uso		38.158	35.775	48.029	36.540	Lucros/(prejuízos) acumulados		(313.633)	-	(376.730)	(171.062)
(Depreciações acumuladas)		(31.264)	(29.340)	(35.792)	(30.203)	TOTAL DO ATIVO		16.248.265	12.010.952	18.528.849	13.271.561
Intangível	17	31.919	10.394	292.760	13.684	TOTAL DO PASSIVO		16.248.265	12.010.952	18.528.849	13.271.561
Ativos intangíveis		46.105	19.402	332.607	23.121						
(Amortizações acumuladas)		(14.186)	(9.008)	(39.847)	(9.437)						

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2012 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)**

	Nota explicativa	Banco			Consolidado	
		2º Semestre/2012	2012	2011	2012	2011
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>1.522.556</u>	<u>2.814.155</u>	<u>2.551.314</u>	<u>3.609.098</u>	<u>3.261.795</u>
Rendas de operações de crédito	9.h	1.277.069	2.285.585	2.312.885	2.821.923	2.662.233
Resultado de operações de arrendamento mercantil	9.h	-	-	-	107.777	198.141
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.d	85.155	140.048	85.550	297.040	248.542
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8.c	135.755	327.942	149.056	321.778	149.056
Resultado de operação de câmbio	10.b	24.577	60.580	3.823	60.580	3.823
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(1.274.223)</u>	<u>(2.485.355)</u>	<u>(1.907.907)</u>	<u>(2.937.250)</u>	<u>(2.475.674)</u>
Operações de captação no mercado	18.d	(629.003)	(1.255.110)	(1.047.391)	(1.362.159)	(1.219.503)
Operações de empréstimos e repasses	20.b	(1.054)	(1.244)	(44)	(26.182)	(44)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(644.166)	(1.229.001)	(860.472)	(1.548.909)	(1.256.127)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>248.333</u>	<u>328.800</u>	<u>643.407</u>	<u>671.848</u>	<u>786.121</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(668.208)</u>	<u>(1.281.087)</u>	<u>(1.132.720)</u>	<u>(1.431.656)</u>	<u>(1.294.020)</u>
Receitas de prestação de serviços	26	151.048	277.738	319.533	315.455	333.326
Resultado de equivalência patrimonial	15.a	40.327	35.148	35.043	-	-
Receita de prêmios ganhos de seguros	24.e	-	-	-	92.546	123.359
Despesas de sinistros retidos	24.e	-	-	-	(31.695)	(61.019)
Despesas de pessoal	27	(96.243)	(150.086)	(74.754)	(291.133)	(106.099)
Outras despesas administrativas	28	(577.632)	(1.092.350)	(1.222.106)	(1.104.852)	(1.339.649)
Despesas tributárias	29	(41.423)	(86.989)	(112.024)	(139.265)	(149.109)
Outras receitas operacionais	30.a	56.678	163.443	243.122	213.106	268.526
Outras despesas operacionais	30.b	(200.963)	(427.991)	(321.534)	(485.818)	(363.355)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>(419.875)</u>	<u>(952.287)</u>	<u>(489.313)</u>	<u>(759.808)</u>	<u>(507.899)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	31	<u>(72.914)</u>	<u>(111.159)</u>	<u>(100.046)</u>	<u>(106.822)</u>	<u>(87.785)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>(492.789)</u>	<u>(1.063.446)</u>	<u>(589.359)</u>	<u>(866.630)</u>	<u>(595.684)</u>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35.a	<u>211.439</u>	<u>459.520</u>	<u>649.597</u>	<u>370.659</u>	<u>662.730</u>
Provisão para imposto de renda		(3.934)	742	(7.706)	(58.444)	(39.914)
Provisão para contribuição social		(2.360)	446	(4.623)	(43.185)	(15.546)
Ativo fiscal diferido		217.733	458.332	661.926	472.288	718.190
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	-	10	(3)
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO		<u>(281.350)</u>	<u>(603.926)</u>	<u>60.238</u>	<u>(495.961)</u>	<u>67.043</u>
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		-	-	(16.831)	-	-
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$ (Representado por 535.076.075 ações em 2012 e 244.343.940 em 2011)		<u>(0,53)</u>	<u>(1,13)</u>	<u>0,25</u>	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO PANAMERICANO S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 PARA O 2º SEMESTRE DE 2012 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado		
	2º Semestre/2012	2012	2011	2012	2011
RECEITAS	664.546	1.192.963	1.477.819	1.724.085	1.838.447
Intermediação financeira	1.522.556	2.814.155	2.551.314	3.609.098	3.261.795
Prestação de serviços	151.048	277.738	319.533	315.455	333.326
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(644.166)	(1.229.001)	(860.472)	(1.548.909)	(1.256.127)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(364.892)	(669.929)	(532.556)	(651.559)	(500.547)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(630.057)	(1.256.354)	(1.047.435)	(1.388.341)	(1.219.547)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(411.253)	(769.606)	(847.642)	(722.661)	(938.946)
Materiais, energia e outros	(1.175)	(3.114)	(2.865)	(4.156)	(2.874)
Serviços de terceiros	(197.314)	(352.380)	(182.409)	(220.717)	(177.012)
Comissões pagas a lojistas e promotores	(212.764)	(414.112)	(662.368)	(497.788)	(759.060)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(376.764)	(832.997)	(417.258)	(386.917)	(320.046)
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(9.360)	(12.136)	(4.687)	(20.390)	(4.742)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(386.124)	(845.133)	(421.945)	(407.307)	(324.788)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	40.327	35.148	35.043	-	-
Resultado de equalização patrimonial	40.327	35.148	35.043	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(345.797)	(809.985)	(386.902)	(407.307)	(324.788)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(345.797)	(809.985)	(386.902)	(407.307)	(324.788)
Pessoal	84.394	129.523	62.456	249.025	89.062
Remuneração direta	73.904	111.308	52.518	198.245	71.261
Benefícios	6.327	10.965	5.164	36.296	10.569
FGTS	3.391	6.043	4.448	12.988	6.677
Outros	772	1.207	326	1.496	555
Impostos, taxas e contribuições	(157.651)	(351.431)	(525.021)	(188.675)	(496.257)
Federal	(165.194)	(365.045)	(544.274)	(221.499)	(524.107)
Estadual	-	-	3	342	3
Municipal	7.543	13.614	19.250	32.482	27.847
Remuneração de capitais de terceiros	8.810	15.849	15.425	28.314	15.361
Aluguéis	8.810	15.849	15.425	28.314	15.361
Remuneração de capitais próprios	(281.350)	(603.926)	60.238	(495.971)	67.046
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	16.831	-	16.831
Prejuízo / Lucros retidos	(281.350)	(603.926)	43.407	(495.961)	50.212
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	(10)	3

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PANAMERICANO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
 PARA O 2º SEMESTRE DE 2012 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.108.091	172	-	-	5	(911.251)	197.017
Ajuste de Exercícios Anteriores (nota explicativa nº 25.e)	-	-	-	-	-	(148.034)	(148.034)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.108.091	172	-	-	5	(1.059.285)	48.983
Depósito de Acionista (nota explicativa nº 25.d)	-	-	-	-	-	1.300.000	1.300.000
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio do 1º Semestre de 2010 (nota explicativa 25.c)	-	-	-	-	-	6.000	6.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(39)	-	(39)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	60.237	60.237
Destinações:							
Reserva Legal (nota explicativa nº 25.b)	-	-	3.012	-	-	(3.012)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros	-	-	-	287.109	-	(287.109)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (nota explicativa nº 25.c)	-	-	-	-	-	(16.831)	(16.831)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.108.091	172	3.012	287.109	(34)	-	1.398.350
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.108.091	172	3.012	287.109	(34)	-	1.398.350
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(944)	-	(944)
Aumento de capital (nota explicativa nº 25.a)	1.758.929	-	-	-	-	-	1.758.929
Prejuízo	-	-	-	-	-	(603.926)	(603.926)
Absorção de Prejuízo (nota explicativa nº25.b)	-	(172)	(3.012)	(287.109)	-	290.293	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	-	-	(978)	(313.633)	2.552.409
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	2.867.020	172	3.012	287.109	1.077	(322.576)	2.835.814
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(2.055)	-	(2.055)
Prejuízo	-	-	-	-	-	(281.350)	(281.350)
Absorção de Prejuízo (nota explicativa nº25.b)	-	(172)	(3.012)	(287.109)	-	290.293	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	-	-	(978)	(313.633)	2.552.409

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO PANAMERICANO S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2012 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado		
	2º Semestre/2012	2012	2011	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO	(281.350)	(603.926)	60.238	(495.961)	67.043
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:					
Depreciações e amortizações	4.508	7.284	4.687	9.950	4.742
Amortização de ágio	4.852	4.852	-	10.440	-
Reversão/Constituição de provisão para contingências	47.115	40.034	85.284	53.155	127.819
Provisão (reversão) para desvalorização de bens não de uso próprio	16.196	20.947	(45.594)	20.911	(46.066)
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	54.777	88.533	118.121	82.623	112.619
Perda por <i>impairment</i> /Provisões por desvalorização de ativos	2.103	2.103	936	2.285	967
Perda/(ganho) na venda de imobilizado/investimento	(163)	(424)	-	1.003	(6.318)
Equivalência patrimonial	(40.327)	(35.148)	(35.043)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	644.166	1.229.001	860.472	1.548.909	1.256.127
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(211.439)	(459.520)	(649.597)	(370.659)	(662.730)
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	-	-	28.227	(14.046)
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.055)	(944)	(39)	(944)	(39)
Lucro líquido ajustado	238.383	292.792	399.465	889.939	840.118
Variação de Ativos e Passivos:					
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	102.002	999.847	(289.883)	602.034	(455.427)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(147.044)	(51.641)	(252.962)	(1.108.986)	(584.070)
Redução/(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	60.451	(95.369)	(549.956)	(92.046)	(549.956)
(Aumento)/ Redução em operações de crédito	(3.043.991)	(4.195.588)	466.705	(4.997.794)	869.040
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	-	326.121	409.741
Aumento em outros créditos	(147.894)	(294.709)	(812.957)	(593.400)	(1.235.338)
Aumento em outros valores e bens	(181.382)	(311.166)	(186.863)	(268.040)	(127.297)
Aumento/(Redução) em depósitos	2.468.996	2.025.060	(362.730)	1.392.612	(364.292)
Aumento em captações no mercado aberto	489.794	536.892	427.408	563.427	399.898
Redução em relações interfinanceiras	(105.974)	(180.219)	(1.278.408)	(176.925)	(1.291.207)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	500.689	81.968	111.454	1.548.792	(231.084)
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(3.478)	3.566	4.198	3.566	4.198
Aumento/ (Redução) em resultado de exercícios futuros	190	1.204	(3.206)	1.204	(3.206)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	230.742	(1.187.363)	(2.327.735)	(1.909.496)	(2.318.882)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Alienação de investimentos	169	169	-	169	-
Alienação de imobilizado de uso	57	318	239	2.089	30.290
Alienação de bens não de uso próprio	43.912	79.130	120.522	88.643	143.689
Aquisição de investimentos	(847.514)	(847.514)	(508)	-	(7)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.471)	(2.616)	(1.194)	(5.605)	(1.295)
Aplicações no intangível	(24.039)	(27.244)	(4.971)	(49.560)	(8.268)
Ágio na aquisição de investimento	(116.449)	(116.449)	-	(250.532)	-
Dividendos recebidos	-	-	35.000	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO/PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(945.335)	(914.206)	149.088	(214.796)	164.409
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Aumento na emissão de letras financeiras	232.000	854.950	227.668	854.950	227.668
Redução de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(433.789)	(460.527)	(56.878)	(460.527)	(56.878)
Redução de dívidas subordinadas	(43.064)	(83.135)	(253.199)	(83.135)	(253.199)
Emissão/Resgate de Letras de Crédito do Agronegócio	3.164	267.433	-	267.433	-
Depósito de acionista	-	-	1.920.000	-	1.920.000
Aumento de Capital	-	1.758.929	-	1.758.929	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(16.831)	-	(16.831)
Reversão de juros sobre capital próprio do 1º semestre de 2010	-	-	6.000	-	6.000
Variação nas participações minoritárias	-	-	-	(8)	(1.670)
CAIXA LÍQUIDO USADO/PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(241.689)	2.337.650	1.826.760	2.337.642	1.825.090
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(956.282)	236.081	(351.887)	213.350	(329.383)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.227.073	34.710	386.597	66.050	395.433
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO (nota explicativa n	270.791	270.791	34.710	279.400	66.050

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento a empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “*funding*” para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à cessão de créditos de sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”) constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações (nota explicativa nº 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações com FIDCs, quando aplicável, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Em 27/05/2011, o Banco BTG Pactual S.A concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30/03/2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13/06/2011.

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31/01/2011.

Em decorrência do acima exposto, a CAIXA e o Banco Panamericano, com a interveniência do Banco BTG Pactual, firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a CAIXA se compromete a adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$ 8,0 bilhões (oito bilhões de reais), além do reforço de liquidez por meio de aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que é suportado por limite de crédito de R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões de reais), sem qualquer subsídio nessas operações.

O Banco BTG Pactual S.A. apresentou à Comissão de Valores Mobiliários, em 17/06/2011, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais de emissão do Banco Panamericano (OPA) aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago pelas ações ao ex-acionista controlador. No dia 16/09/2011, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações, por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No leilão da OPA, o Banco BTG Pactual S.A. adquiriu 4.552 (quatro mil quinhentas e cinquenta e duas) ações preferenciais do Panamericano, que representam 0,004% (quatro milésimos por cento) das ações dessa espécie, sendo que os acionistas titulares de 656 (seiscentas e cinquenta e seis) ações preferenciais da Instituição optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Vista, conforme definida no Edital da OPA, e os demais, titulares de 3.896 (três mil oitocentas e noventa e seis) ações preferenciais da Instituição, optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção a Prazo, conforme definida no Edital.

Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o Banco BTG Pactual passou a ser titular de 24.716.838 (vinte e quatro milhões, setecentas e dezesseis mil, oitocentas e trinta e oito) ações preferenciais da Instituição, e deter participação de 37,64% (trinta e sete, sessenta e quatro por cento) do capital social do Panamericano.

A composição acionária atual do Banco Panamericano S.A. a seguir, considera o aumento de capital social aprovado em AGE realizada em 18/01/2012, onde foram subscritas e integralizadas um total de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.758.929. O processo foi aprovado pelo BACEN em 08/06/2012.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.346	51,00	33.114.219	13,65	182.270.565	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixapar	143.307.049	49,00	54.802.722	22,59	198.109.771	37,02
Conselho de Administração	5	-	-	-	5	-
Mercado	-	-	154.695.734	63,76	154.695.734	28,92
Total	292.463.400	100,00	242.612.675	100,00	535.076.075	100,00

Nova Aquisição

Em 28/12/2011, o Banco firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Ourinvest Real Estate Holding S.A. ("Ourinvest"), os acionistas da Ourinvest ("Acionistas Ourinvest"), a TPG-Axon BFRE Holding, LLC ("TPG-Axon"), a Coyote Trail LLC ("Coyote"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e a Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE"), visando à assinatura de contratos definitivos para regular a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE ("Aquisição").

A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. A Aquisição vem adicionar ao Banco uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garante a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos pontos de venda da BM Sua Casa.

A BFRE foi reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários ("Brazilian Capital") - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação ("Ativos de Gestão"), dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não foram igualmente objeto da Aquisição pelo Banco: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários, atualmente desenvolvidas pela Brazilian Mortgages ("Atividades de Administração"); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas ("Ativos Proprietários").

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Panamericano, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiram capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, foi objeto da Aquisição apenas os ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) ("Ativos de Originação, Financiamento e Securitização").

O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, foi de R\$ 940.361 ("Valor de Aquisição").

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Panamericano realizada em 25/04/2012, foi aprovada a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), conforme os Fatos Relevantes divulgados em 28/12/2011 e 01/02/2012.

O BACEN aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Banco Panamericano em 11/06/2012.

Em 19/07/2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. ("BPMB IV"), por meio da qual foi cindido da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos ("Brazilian Capital"). Após a cisão e na mesma data, foi concluída a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e consequentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios do Banco e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da BFRE, o Panamericano e a CAIXA celebraram, também em 25/04/2012, um Acordo Comercial por meio do qual a CAIXA adquirirá, mediante solicitação do Banco, letras de crédito imobiliário e certificados de recebíveis imobiliários, emitidos pelo Panamericano ou por companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse Acordo Comercial vigorará pelo prazo de 7 (sete) anos, a contar da conclusão da aquisição da BFRE.

Por fim, o Banco BTG Pactual S.A. e a CAIXA aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31/01/2011 com o Panamericano para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplicará, observada a legislação aplicável, recursos adicionais em certificados de depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Panamericano.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. ("Banco") estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs ("Consolidado"), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil "BACEN", com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional "CMN", do Conselho Nacional de Seguros Privados "CNSP", da Superintendência de Seguros Privados "SUSEP" e da Comissão de Valores Mobiliários "CVM", quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 (R1)– Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2012, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 18/02/2013.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	31/12/2012	31/12/2011
Controlada direta:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panamericana de Seguros S.A.	99,99	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda.	99,99	99,99
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (a)	100,00	-
Controlada indireta:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
Brazilian Finance e Real Estate S.A. (a)	100,00	-
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (a)	99,99	-
BMSR II Participações S.A. (a)	99,99	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (a)	99,99	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (a)	99,99	-
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco Panamericano (“Caixa CDC FIDC”) (b) (c)	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco Panamericano (“Caixa Master CDC FIDC”) (b) (d)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP – Financeiro (“FIDC F BP”) (b)	100,00	100,00

(a) Empresas adquiridas em 2012 e consolidadas a partir de julho de 2012 (nota 1);

(b) O percentual está representado pelas cotas subordinadas detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07;

(c) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Autopan FIDC”); e

(d) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Master Pan FIDC”).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras obrigações – diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de operações de crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de operações de arrendamento Mercantil”.

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios “FIDCs” – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atende a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a administração do Banco consolidou as Demonstrações Financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
FIDC F BP Financeiro	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo, se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs.

O objetivo dos FIDCs é adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido em seus regulamentos, os FIDCs buscam, mas não garantem, atingir determinada rentabilidade de percentual, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108 % do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI
FIDC F BP - Financeiro	SELIC + 2% a.a.

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130
FIDC F BP – Financeiro	80

a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco Panamericano passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Em 31/12/2012, o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 293.954 de um total em R\$ 441.486 (em 31/12/2011, R\$ 653.727 e R\$ 878.767, respectivamente).

A diferença do Patrimônio Líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação é apurada diariamente e informada aos cotistas mensalmente.

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não há previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas com os FIDCs F BP Financeiro, Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de

subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

No exercício findo em 31/12/2011, o Banco havia cedido aos FIDCs operações de crédito no montante de R\$ 600.054, sem coobrigação (não houve cessões aos FIDCs em 2012). As operações de cessões de crédito geraram resultado, no exercício findo em 31/12/2011, de R\$ 158.998, integralmente reconhecido no resultado individual do exercício na rubrica “Rendas de operações de crédito” e eliminado no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no Caixa CDC FIDC, no Caixa Master CDC FIDC e no FIDC F BP Financeiro, foi reconhecida no exercício findo em 31/12/2012 despesa de R\$ 132.648 (R\$ 228.562 – 31/12/2011), registrada contabilmente na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, na demonstração de resultado individual – e eliminada no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Em 31/12/2012 e 31/12/2011, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC		Caixa Master CDC FIDC		FIDC FBP Financeiro	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo						
Disponibilidades	7	4	5	140	1	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.926	6.039	14.952	24.873	-	-
TVM	-	-	-	-	21.742	42.515
Direitos creditórios	163.065	265.304	894.287	1.401.148	497.516	636.311
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.231)	(40.138)	(305.585)	(163.195)	(213.739)	(138.850)
Outros valores	-	1	1	245	1.468	1.006
Total do Ativo	108.767	231.210	603.660	1.263.211	306.988	540.983
Passivo						
Outras obrigações	84	145	348	1.096	812	566
Patrimônio líquido	108.683	231.065	603.312	1.262.115	306.176	540.417
- Cotas seniores	23.205	36.147	161.826	383.348	227.169	424.975
- Cotas subordinadas	85.478	194.918	293.954	653.727	79.007	115.442
- Cotas subordinadas – classe especial (*)	-	-	147.532	225.040	-	-
Total do Passivo	108.767	231.210	603.660	1.263.211	306.988	540.983

(*) Cotas de terceiros.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	31/12/2012		31/12/2011	
	Patrimônio Líquido	Prejuízo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Banco Panamericano individual	2.552.409	(603.926)	1.398.350	60.238
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:				
Lucro não realizado nas cessões	(137.854)	225.766	(363.620)	71.415
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos	32.692	(45.825)	78.517	(46.105)
Efeitos tributários	42.065	(71.976)	114.041	(18.505)
Banco Panamericano consolidado	2.489.312	(495.961)	1.227.288	67.043

V. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs.

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

No exercício findo em 31/12/2012, o Banco e suas empresas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 458.439 (R\$ 964.087 em 31/12/2011), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco Panamericano.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionada às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias, conforme disposto:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em

contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do exercício, quando efetivamente realizados; e

- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros e de “swap”. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que prevêem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BMF&BOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa; e
- *Swap*: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “*pro rata*” até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foram utilizados o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA;

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “*hedge*” em contas de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “*hedge*” de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de “*hedge*” têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os exercícios de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização

significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com co-obrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do exercício, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no exercício de geração dos benefícios futuros. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários, gastos na emissão de títulos no exterior e despesas de comercialização de seguros.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado basicamente por ágio pago por rentabilidade futura de investimento, gastos com desenvolvimentos logísticos e benfeitorias em imóveis de terceiros. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata dia*".

q) Práticas contábeis específicas do segmento de seguros:

Passivos por contratos de seguro (provisões técnicas de seguros)

- **Provisões de prêmios não ganhos - PPNG**

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções nº181/07, nº195/08 e nº204/09, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao exercício do risco ainda não decorrido.

A provisão de prêmios não ganhos – riscos vigentes mas não emitidos – é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções nº181/07, nº195/08 e nº204/09 e Circular SUSEP nº 282/05.

- **Provisão de sinistros a liquidar**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (“Seguradora Líder”).

- **Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é apurada com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora. É determinada pela Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções CNSP 181/07, 195/08 e 204/09, sendo constituída com base em metodologia descrita em nota técnica atuarial. A provisão de *IBNR* para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

- **Provisão para insuficiência de prêmios – PIP**

A provisão para insuficiência de prêmios que representa a necessidade de adequação dos prêmios a serem apropriados em função de expectativa de sinistros com provisão de segmentos prováveis é determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, 195/08 e 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em nota técnica atuarial.

- **Provisão complementar de prêmios – PCP**

A provisão complementar de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, 195/08 e 204/09, é calculada “pro rata die”, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. Seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

- **Teste de adequação de passivos – TAP**

Conforme Circular SUSEP nº 410, de 22/12/2010, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Seguradora deve avaliar, anualmente, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas as despesas de comercialização diferidas e ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, data-base de 31/12/2012, concluiu-se que os passivos por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas do custo de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 410/2010.

r) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “Outras obrigações – diversas” nas demonstrações financeiras consolidadas.

s) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

u) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514, de 20/11/1997, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

v) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

w) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

x) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. Se dividem em:

i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existam na data-base das demonstrações financeiras e

ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve eventos subsequentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2012.

4) INFORMAÇÕES PARA EFEITO DE COMPARABILIDADE

A partir de 19/07/2012, o Banco Panamericano passou a consolidar em suas demonstrações financeiras a Ourinvest Real Estate Holding S.A. e suas empresas controladas.

A seguir demonstra-se os principais saldos do balanço patrimonial e demonstração do resultado em 31/12/2012:

Balanço Patrimonial	Ourinvest e suas empresas controladas 31/12/2012
Ativo	
Circulante e realizável a longo prazo	2.660.806
Disponibilidades	6.103
Aplicações interfinanceiras de liquidez	342.443
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	763.167
Operações de crédito	1.238.504
Outros créditos e outros valores e bens	310.589
Permanente	137.569
- Investimentos	1
- Imobilizado	4.486
- Intangível	133.082
Total	2.798.375
Passivo	
Circulante e exigível a longo prazo	1.941.612
Recursos de emissão de títulos	1.296.740
Obrigações por empréstimos e repasses	388.202
Outras obrigações	256.670
Patrimônio líquido	856.763
Total	2.798.375

Demonstração do Resultado	Ourinvest e suas empresas controladas de 20/07/2012 à 31/12/2012
Receitas da intermediação financeira	164.709
Despesas da intermediação financeira	(73.338)
Resultado bruto da intermediação financeira	91.371
Receitas de prestação de serviços	18.238
Despesas de pessoal	(38.990)
Despesas administrativas	(43.635)
Outras receitas/despesas operacionais	(9.046)
Resultado operacional	17.938
Resultado não operacional	(1.802)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	16.136
Imposto de renda e contribuição social	(6.134)
Lucro líquido	10.002

5) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	31/12/2012							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
Circulante	6.814.789	182.650	6.442	201.958	196.626	39.339	(270.086)	7.169.692
Realizável a longo prazo	10.345.500	176.566	38.651	401.289	35.419	98.470	(47.079)	11.050.842
Permanente	1.206.093	18.057	94	90	22.078	806.449	(1.744.546)	308.315
Total em 31/12/2012	18.366.382	377.273	45.187	603.337	254.123	944.258	(2.061.711)	18.528.849
Total em 31/12/2011	12.947.570	312.264	30.972	-	8.600	-	(27.845)	13.271.561

Passivo	31/12/2012							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
Circulante	9.942.925	172.069	16.518	77.800	34.144	48.725	(266.698)	10.025.483
Exigível a longo prazo	5.680.758	34.870	9.923	330.398	264	5.178	(48.904)	6.012.487
Resultado de exercícios futuros	1.543	-	-	-	-	-	-	1.543
Minoritários	20	-	-	-	-	-	4	24
Patrimônio líquido	2.741.136	170.334	18.746	195.139	219.715	890.355	(1.746.113)	2.489.312
Total em 31/12/2012	18.366.382	377.273	45.187	603.337	254.123	944.258	(2.061.711)	18.528.849
Total em 31/12/2011	12.947.570	312.264	30.972	-	8.600	-	(27.845)	13.271.561

- (1) Representado pelas empresas Banco Panamericano S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas Panamericana de Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	31/12/2012							
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
- Receitas da intermediação financeira	3.599.173	20.729	1.841	46.181	7.583	10.737	(77.146)	3.609.098
- Despesas da intermediação financeira	(2.997.872)	-	-	(28.995)	-	(4.725)	94.342	(2.937.250)
Resultado bruto da intermediação financeira	601.301	20.729	1.841	17.186	7.583	6.012	17.196	671.848
- Outras receitas/despesas operacionais	(1.469.247)	35.196	7.352	(9.341)	14.455	(10.071)	-	(1.431.656)
- Resultado de equivalência patrimonial	71.922	4.897	-	-	-	13.215	(90.034)	-
- Resultado não operacional	(107.047)	214	-	-	24	-	(13)	(106.822)
- Provisão para IR e CSLL	404.663	(21.695)	(2.994)	(2.809)	(7.352)	846	-	370.659
- Participação minoritária	10	-	-	-	-	-	-	10
(Prejuízo)/Lucro líquido em 31/12/2012	(498.398)	39.341	6.199	5.036	14.710	10.002	(72.851)	(495.961)
Lucro líquido em 31/12/2011	67.039	37.365	1.080	-	956	-	(39.397)	67.043

- (1) Representado pelas empresas Banco Panamericano S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas Panamericana de Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades em moeda nacional	27.198	24.278	35.802	25.600
Disponibilidades em moeda estrangeira	965	216	965	216
Total de disponibilidades (caixa)	28.163	24.494	36.767	25.816
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	242.628	10.216	242.628	10.216
Certificado de depósito bancário – CDB (*)	-	-	-	30.013
Fundos de renda fixa (*)	-	-	5	5
Total de caixa e equivalentes de caixa	270.791	34.710	279.400	66.050

(*) Inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Banco	31/12/2012					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	200	-	-	-	-	200
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	26.000	23.802	47.976	-	-	97.778
Subtotal	26.200	23.802	47.976	-	-	97.978
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	10.000	181.448	45.451	-	-	236.899
Subtotal	10.000	181.448	45.451	-	-	236.899
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.158	11.362	34.041	59.309	296.945	412.815
Total	47.358	216.612	127.468	59.309	296.945	747.692

Banco	31/12/2011					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	314.729	-	-	314.729
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	10.001	-	314.731	-	-	324.732
Subtotal	10.001	-	629.460	-	-	639.461
Aplicações em depósitos interfinanceiros	64.217	107.372	108.132	144.249	451.696	875.666
Total	74.218	107.372	737.592	144.249	451.696	1.515.127

Consolidado	31/12/2012					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	200	-	-	-	-	200
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	26.000	23.802	47.976	-	-	97.778
Subtotal	26.200	23.802	47.976	-	-	97.978
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	10.000	181.448	45.451	-	-	236.899
Subtotal	10.000	181.448	45.451	-	-	236.899
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.110	11.362	33.873	59.128	59.041	174.514
Total	47.310	216.612	127.300	59.128	59.041	509.391

Consolidado	31/12/2011					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	314.729	-	-	314.729
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	10.001	-	314.731	-	-	324.732
Subtotal	10.001	-	629.460	-	-	639.461
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.361	27.308	23.131	89.034	119.731	269.565
Total	20.362	27.308	652.591	89.034	119.731	909.026

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
- Posição bancada	60.827	63.922	60.827	63.922
- Posição financiada	8.326	27.422	8.326	27.422
- Posição vendida	8.549	-	8.549	-
Subtotal	77.702	91.344	77.702	91.344
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	61.323	135.928	25.831	44.424
Total (nota 8d)	139.025	227.272	103.533	135.768

8) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2012 e em 31/12/2011, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Carteira própria:				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	6.730	30.013
Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE	-	-	10.238	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	314.470	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	247.912	247.720	517.883	432.948
Notas do Tesouro Nacional – NTN	156.778	-	156.778	-
Cotas de Fundos de Investimento (*)	458.943	964.573	107.189	72.185
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	290	280	290	280
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas	-	-	1	-
Subtotal	863.923	1.212.573	1.113.579	535.426
Vinculados a compromisso de recompra:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	240.407	565.205	240.407	565.205
Notas do Tesouro Nacional – NTN	620.881	-	620.881	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	90.981	-
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	5.856	-
Subtotal	861.288	565.205	958.125	565.205
Vinculados à prestação de garantias:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	144.742	40.534	178.468	40.534
Subtotal	144.742	40.534	178.468	40.534
Outras aplicações	-	-	1	22
Subtotal	-	-	1	22
Total de títulos e valores mobiliários	1.869.953	1.818.312	2.250.173	1.141.187
Instrumentos financeiros derivativos:				
Diferenciais a receber de “swap”	205.335	127.659	205.335	127.659
Total de instrumentos financeiros derivativos	205.335	127.659	205.335	127.659
Total geral	2.075.288	1.945.971	2.455.508	1.268.846

(*) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa Master CDC FIDC (i)	293.954	653.727	-	-
Caixa CDC FIDC (i)	85.478	194.918	-	-
FIDC F BP – Financeiro (ii)	79.007	115.442	-	-
BEM Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (ii)	-	-	21.742	42.515
DPVAT	-	-	33.784	29.179
Fundo de Investimento Caixa Arrojado – RF (i)	-	-	20.977	-
Fundo BTG Pactual Absoluto – FIA (iii)	-	-	11.594	-
Fundo BTG Pactual Dividendos – FIA (iii)	-	-	10.641	-
Outros fundos	504	486	8.451	491
Total	458.943	964.573	107.189	72.185

- i. Fundo administrado pela Caixa Econômica Federal;
- ii. Fundo administrado pela BEM DTVM Ltda; e
- iii. Fundo administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM.

As carteiras dos fundos de investimento em direitos creditórios estão representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores celebrados com o Banco Panamericano. De acordo com os regulamentos dos respectivos fundos, as cotas subordinadas que o Banco possui subordinam-se às cotas seniores para efeito de resgate e distribuição de resultados, assumindo, integralmente, os efeitos dos resultados negativos até o limite do seu

patrimônio. Considerando a característica desses fundos e a intenção da Administração em mantê-los em carteira por longo prazo, os saldos das aplicações foram classificados no realizável a longo prazo em títulos mantidos até o vencimento. Os demais fundos estão classificados no curto prazo.

b) Composição por categorias e prazos individual e consolidado:

Banco	31/12/2012						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil (2) (ii)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	137.702	495.359	-	633.061	632.999	62
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	486.800	-	486.800	486.784	16
Total de títulos disponíveis para venda	-	137.702	982.159	-	1.119.861	1.119.783	78
Títulos mantidos até o vencimento (i)							
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	290.859	-	290.859	290.859	-
- Cotas de fundos de investimento	504	-	-	458.439	458.943	458.943	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	290	-	-	-	290	290	-
Total de mantidos até o vencimento	794	-	290.859	458.439	750.092	750.092	-
Total geral	794	137.702	1.273.018	458.439	1.869.953	1.869.875	78

Banco	31/12/2011						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil (2) (ii)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	271	159.720	693.468	853.459	853.493	(34)
Total de títulos disponíveis para venda	-	271	159.720	693.468	853.459	853.493	(34)
Títulos mantidos até o vencimento (i)							
- Cotas de fundos de investimento	486	-	-	964.087	964.573	964.573	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	280	-	-	-	280	280	-
Total de mantidos até o vencimento	766	-	-	964.087	964.853	964.853	-
Total geral	766	271	159.720	1.657.555	1.818.312	1.818.346	(34)

Consolidado	31/12/2012							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (ii)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:								
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	23.356	73.126	-	1.229	97.711	97.711	-
- Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	9.407	20.595	40.967	36.179	195.877	303.025	332.461	(29.436)
- Cotas de fundo de investimento	104.709	-	-	-	-	104.709	105.094	(385)
- Bonus de subscrição	-	1	-	-	-	1	1	-
Total de títulos para negociação	114.116	43.952	114.093	36.179	197.106	505.446	535.267	(29.821)
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	230.192	706.566	-	-	936.758	936.665	93
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	486.800	-	-	486.800	486.784	16
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	2.285	2.165	1.343	5.652	11.445	10.683	762
- Cotas de fundo de investimento	7.832	-	-	-	-	7.832	7.305	527
- Outras	-	1	-	-	-	1	1	-
Total de títulos disponíveis para venda	7.832	232.478	1.195.531	1.343	5.652	1.442.836	1.441.438	1.398
Títulos mantidos até o vencimento (i):								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	290.859	-	-	290.859	290.859	-
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE	-	-	10.238	-	-	10.238	10.238	-
- Cotas de fundos de investimento	504	-	-	-	-	504	504	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	290	-	-	-	-	290	290	-
Total de mantidos até o vencimento	794	-	301.097	-	-	301.891	301.891	-
Total geral	122.742	276.430	1.610.721	37.522	202.758	2.250.173	2.278.596	(28.423)

Consolidado	31/12/2011						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil (2) (ii)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:							
- Cotas de fundos de investimento	71.699	-	-	-	71.699	71.699	-
Total de títulos para negociação	71.699	-	-	-	71.699	71.699	-
Títulos disponíveis para venda:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	1.180	339.259	698.248	1.038.687	1.038.721	(34)
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	30.013	-	-	30.013	30.013	-
- Outras aplicações	-	22	-	-	22	22	-
Total de títulos disponíveis para venda	-	31.215	339.259	698.248	1.068.722	1.068.756	(34)
Títulos mantidos até o vencimento (i):							
- Cotas de fundos de investimento	486	-	-	-	486	486	-
- Fundo do Desenvolvimento Social – FDS	280	-	-	-	280	280	-
Total de mantidos até o vencimento	766	-	-	-	766	766	-
Total geral	72.465	31.215	339.259	698.248	1.141.187	1.141.221	(34)

- i. Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2001, o Panamericano declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e
- ii. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swap*”, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BMF&BOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros e de Swap) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Em 31/12/2012 e 31/12/2011, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Valor Contábil / Mercado	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Instrumento:				
Swaps				
- Diferencial a receber	205.335	127.659	205.335	127.659
- Diferencial a pagar	(4.196)	(21.889)	(7.519)	(21.889)
Contratos futuros				
- Posição ativa	1.897	527	1.897	527
- Posição passiva	(742)	(97)	(742)	(97)
Total líquido	202.294	106.200	198.971	106.200

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em “swap” são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

Instrumento/ Posição:	Banco								
	31/12/2012								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.570.335	14	-	4.479	5.523	195.319	205.335	82.299	123.035
- CDI	22.500	-	-	216	121	-	337	308	29
- Dólar (i)	1.541.418	14	-	4.263	5.402	195.319	204.998	81.991	123.006
- CDI	6.417	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.570.335	(305)	(17)	(102)	(314)	(3.458)	(4.196)	(4.063)	(133)
- Dólar	22.500	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI (i)	1.541.418	(298)	-	(69)	(218)	(3.214)	(3.799)	(3.867)	68
- IGPM	6.417	(7)	(17)	(33)	(96)	(244)	(397)	(196)	(201)
Contratos futuros									
Posição ativa:	5.811.087	1.897	-	-	-	-	1.897	1.897	-
- DDI	485.428	1.592	-	-	-	-	1.592	1.592	-
- Dólar	85.623	287	-	-	-	-	287	287	-
- DI1	5.240.036	18	-	-	-	-	18	18	-
Posição passiva:	5.811.087	(742)	-	-	-	-	(742)	(742)	-
- DDI	485.428	(247)	-	-	-	-	(247)	(247)	-
- Dólar	85.623	(56)	-	-	-	-	(56)	(56)	-
- DI1	5.240.036	(439)	-	-	-	-	(439)	(439)	-
Total a receber líquido		864	(17)	4.377	5.209	191.861	202.294	79.391	122.902

Instrumento/ Posição:	Consolidado								
	31/12/2012								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.772.346	14	-	4.479	5.523	195.319	205.335	82.299	123.035
- CDI	22.500	-	-	216	121	-	337	308	29
- Dólar (i)	1.541.418	14	-	4.263	5.402	195.319	204.998	81.991	123.006
- CDI	6.417	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	202.011	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.772.346	(305)	(17)	(1.351)	(314)	(5.532)	(7.519)	(7.039)	(480)
- Dólar	22.500	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI (i)	1.541.418	(298)	-	(69)	(218)	(3.214)	(3.799)	(3.867)	68
- IGPM	6.417	(7)	(17)	(33)	(96)	(244)	(397)	(196)	(201)
- CDI	77.302	-	-	-	-	(1.162)	(1.162)	(1.119)	(43)
- CDI	51.535	-	-	-	-	(912)	(912)	(730)	(182)
- IGPM	73.174	-	-	(1.249)	-	-	(1.249)	(1.127)	(122)
Contratos futuros									
Posição ativa:	5.811.087	1.897	-	-	-	-	1.897	1.897	-
- DDI	485.428	1.592	-	-	-	-	1.592	1.592	-
- Dólar	85.623	287	-	-	-	-	287	287	-
- DI1	5.240.036	18	-	-	-	-	18	18	-
Posição passiva:	5.811.087	(742)	-	-	-	-	(742)	(742)	-
- DDI	485.428	(247)	-	-	-	-	(247)	(247)	-
- Dólar	85.623	(56)	-	-	-	-	(56)	(56)	-
- DI1	5.240.036	(439)	-	-	-	-	(439)	(439)	-
Total a receber líquido		864	(17)	3.128	5.209	189.787	198.971	76.415	122.555

Instrumento/ Posição:	Banco e Consolidado								
	31/12/2011								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.879.267	62	1.599	3.188	20.602	102.208	127.659	98.614	29.045
- CDI	6.000	-	-	7	-	-	7	(1)	8
- Prefixado	148.392	62	156	582	3.809	3.519	8.128	5.188	2.940
- Dólar (i)	1.717.875	-	1.443	2.599	16.785	98.583	119.410	93.433	25.977
- CDI	7.000	-	-	-	8	106	114	(6)	120
Posição passiva:	1.879.267	-	(89)	-	(516)	(21.284)	(21.889)	7.979	(29.868)
- Dólar	6.000	-	-	-	(435)	-	(435)	(209)	(226)
- DI	148.392	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI (i)	1.717.875	-	(89)	-	(81)	(21.284)	(21.454)	8.188	(29.642)
- IGPM	7.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos futuros									
Posição ativa:	274.988	527	-	-	-	-	527	527	-
- DDI	154.540	436	-	-	-	-	436	436	-
- Dólar	55.380	91	-	-	-	-	91	91	-
- DI1	65.068	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	274.988	(97)	-	-	-	-	(97)	(97)	-
- DDI	154.540	(76)	-	-	-	-	(76)	(76)	-
- Dólar	55.380	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1	65.068	(21)	-	-	-	-	(21)	(21)	-
Total a receber líquido		492	1.510	3.188	20.086	80.924	106.200	107.023	(823)

(i) *Hedge* Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de *Euro Medium-Term Notes* e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de hedge), classificados como "hedge" de risco de mercado.

A efetividade apurada para a carteira de hedge, este em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3082/2012.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

Banco	31/12/2012			31/12/2011		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	422.589	(82.779)	339.810	630.320	(478.341)	151.979
Contratos futuros	234.574	(246.442)	(11.868)	26.351	(29.274)	(2.923)
Total	657.163	(329.221)	327.942	656.671	(507.615)	149.056

Consolidado	31/12/2012			31/12/2011		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	433.299	(99.653)	333.646	630.320	(478.341)	151.979
Contratos futuros	234.574	(246.442)	(11.868)	26.351	(29.274)	(2.923)
Total	667.873	(346.095)	321.778	656.671	(507.615)	149.056

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Títulos de renda fixa	133.671	77.325	193.507	103.259
Resultado com cotas subordinadas	(132.648)	(228.562)	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7b)	139.025	227.272	103.533	135.768
Títulos de renda variável	-	9.515	-	9.515
Total	140.048	85.550	297.040	248.542

9) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 31/12/2012 e 31/12/2011, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	5.508.275	57,70	3.395.278	55,65
Empréstimo em consignação	1.471.273	15,41	705.376	11,56
Financiamento a titulares de cartões de crédito (1)	278.369	2,92	493.471	8,09
Capital de giro	959.740	10,05	561.669	9,21
Direitos creditórios adquiridos	49.755	0,52	75.610	1,24
Renegociações	30.442	0,32	70.812	1,16
Conta garantida	569	0,01	21.206	0,35
Crédito pessoal	97.330	1,02	102.638	1,68
Títulos descontados	4.480	0,05	8.140	0,13
Cheque especial	307	0,01	818	0,01
Financiamentos à exportação	258.281	2,70	98.835	1,62
Outros	17.472	0,18	16.395	0,27
Total das operações de crédito	8.676.293	90,89	5.550.248	90,97
Outros créditos (2)	510.360	5,34	472.239	7,74
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (3)	360.194	3,77	78.400	1,29
Total	9.546.847	100,00	6.100.887	100,00

(1) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(3) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (vide nota 10).

	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	6.915.784	55,03	5.321.620	61,07
Operações de arrendamento mercantil (1)	331.337	2,64	688.797	7,90
Empréstimo em consignação	1.471.273	11,71	705.376	8,09
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	157.991	1,25	-	-
Financiamentos habitacionais	783.815	6,24	-	-
Empréstimos com garantia imobiliária	339.560	2,70	-	-
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	278.369	2,21	493.471	5,66
Capital de giro	959.740	7,64	561.669	6,44
Direitos creditórios adquiridos	49.755	0,39	75.610	0,87
Renegociações	30.442	0,24	70.812	0,81
Conta garantida	569	0,01	21.206	0,24
Crédito pessoal	97.330	0,77	102.638	1,18
Títulos decontados	4.480	0,04	8.140	0,09
Cheque especial	307	0,01	818	0,01
Financiamentos à exportação	258.281	2,05	98.835	1,13
Outros	17.472	0,14	16.395	0,19
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	11.696.505	93,07	8.165.387	93,68
Outros créditos (3)	510.360	4,06	472.239	5,42
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (4)	360.194	2,87	78.400	0,90
Total	12.567.059	100,00	8.716.026	100,00

(1) Registrado a valor presente;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(4) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (vide nota 10).

b) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

Rating	Banco							
	31/12/2012							
	Vencidos		A vencer					Total
Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.390	563.422	204.643	184.449	481.345	857.843	4.190.309	6.487.401
B	28.716	103.464	88.922	42.841	228.009	352.716	490.005	1.334.673
C	59.687	38.872	42.888	14.939	80.484	136.299	188.116	561.285
D	39.965	11.311	4.677	4.159	15.081	25.985	91.294	192.472
E	52.312	5.264	2.724	2.628	7.328	14.239	71.990	156.485
F	35.856	4.696	2.152	2.127	5.902	12.114	64.694	127.541
G	38.264	3.729	2.036	2.067	5.728	11.655	96.300	159.779
H	228.131	17.845	8.275	7.899	21.960	42.844	200.257	527.211
Total	488.321	748.603	356.317	261.109	845.837	1.453.695	5.392.965	9.546.847

Rating	Banco							
	31/12/2011							
	Vencidos		A vencer					Total
Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	8.280	669.123	86.156	96.861	241.557	489.818	2.442.997	4.034.792
B	38.006	27.231	25.486	22.348	66.743	205.595	296.578	681.987
C	60.409	19.884	10.575	8.629	24.388	44.349	194.328	362.562
D	62.612	14.555	3.219	3.414	8.839	24.171	111.149	227.959
E	59.565	4.850	2.021	2.103	5.890	11.740	57.160	143.329
F	63.318	4.239	2.182	2.223	6.408	12.347	33.253	123.970
G	48.476	3.032	1.242	1.256	3.387	6.433	24.707	88.533
H	322.017	12.244	4.302	4.141	11.453	21.179	62.419	437.755
Total	662.683	755.158	135.183	140.975	368.665	815.632	3.222.591	6.100.887

Rating	Consolidado							
	31/12/2012							
	Vencidos		A vencer					Total
	Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
AA	-	29.496	85.064	34.906	166.171	192.950	135.004	643.591
A	5.861	627.303	270.290	244.959	624.300	1.109.653	4.958.617	7.840.983
B	33.424	107.983	96.378	49.470	237.700	370.696	551.029	1.446.680
C	67.392	48.687	58.443	18.326	90.287	157.801	245.541	686.477
D	49.042	18.405	18.530	15.497	20.781	36.537	134.170	292.962
E	64.051	9.562	4.240	4.103	15.670	22.239	100.155	220.020
F	42.587	6.571	3.187	3.142	8.831	17.667	81.130	163.115
G	45.876	5.449	3.011	3.018	8.496	16.870	116.106	198.826
H	654.096	25.966	12.706	12.276	34.692	66.888	267.781	1.074.405
Total	962.329	879.422	551.849	385.697	1.206.928	1.991.301	6.589.533	12.567.059

Rating	Consolidado							
	31/12/2011							
	Vencidos		A vencer					Total
	Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	9.745	751.164	144.569	156.840	410.216	808.504	3.591.895	5.872.933
B	45.560	34.061	29.416	26.417	78.375	227.945	385.307	827.081
C	73.034	28.993	14.615	12.790	35.919	67.015	285.041	517.407
D	73.506	19.160	5.413	5.665	15.066	36.418	157.878	313.106
E	69.933	7.736	3.446	3.571	9.988	19.765	90.598	205.037
F	75.002	6.565	3.325	3.417	9.739	18.952	64.070	181.070
G	63.216	5.360	2.346	2.411	6.655	13.056	57.385	150.429
H	396.967	20.511	8.527	8.500	23.739	45.103	145.616	648.963
Total	806.963	873.550	211.657	219.611	589.697	1.236.758	4.777.790	8.716.026

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Nível	Provisão Requerida %	31/12/2012							
		Banco				Consolidado			
		A vencer	Vencidos (*)	Total	Provisão	A vencer	Vencidos (*)	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	643.591	-	643.591	-
A	0,50	6.482.011	5.390	6.487.401	32.437	7.835.122	5.861	7.840.983	45.369
B	1,00	1.305.957	28.716	1.334.673	13.347	1.413.256	33.424	1.446.680	24.498
C	3,00	501.598	59.687	561.285	16.838	619.085	67.392	686.477	30.696
D	10,00	152.507	39.965	192.472	19.247	243.920	49.042	292.962	45.292
E	30,00	104.173	52.312	156.485	46.946	155.969	64.051	220.020	66.557
F	50,00	91.685	35.856	127.541	63.771	120.528	42.587	163.115	84.772
G	70,00	121.515	38.264	159.779	111.845	152.950	45.876	198.826	139.774
H	100,00	299.080	228.131	527.211	527.211	420.309	654.096	1.074.405	1.074.405
Total		9.058.526	488.321	9.546.847	831.642	11.604.730	962.329	12.567.059	1.511.363
% sobre total de risco					8,71%				12,03%

		31/12/2011							
		Banco				Consolidado			
Nível	Provisão Requerida %	A vencer	Vencidos (*)	Total	Provisão	A vencer	Vencidos (*)	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50	4.026.512	8.280	4.034.792	20.172	5.863.188	9.745	5.872.933	29.364
B	1,00	643.981	38.006	681.987	6.820	781.521	45.560	827.081	8.271
C	3,00	302.153	60.409	362.562	10.877	444.373	73.034	517.407	15.536
D	10,00	165.347	62.612	227.959	22.796	239.600	73.506	313.106	48.719
E	30,00	83.764	59.565	143.329	42.999	135.104	69.933	205.037	92.267
F	50,00	60.652	63.318	123.970	61.985	106.068	75.002	181.070	117.696
G	70,00	40.057	48.476	88.533	61.973	87.213	63.216	150.429	135.386
H	100,00	115.738	322.017	437.755	437.755	251.996	396.967	648.963	648.963
Total		5.438.204	662.683	6.100.887	665.377	7.909.063	806.963	8.716.026	1.096.202
					% sobre total de risco	10,91%			12,58%

(*) inclui parcelas vencidas há mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Banco				
	31/12/2012				
	Operações de Crédito (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do exercício	665.377	53.893	166.116	12.685	898.071
- Constituição/reversão de provisão	1.229.365	(53.893)	51.021	2.508	1.229.001
- Baixas contra a provisão	(1.063.100)	-	-	-	(1.063.100)
Saldo do fim do exercício	831.642	-	217.137	15.193	1.063.972
- Créditos recuperados (4) (5)	121.127	-	-	-	121.127
- Efeito no resultado (6)	(1.108.238)	53.893	(51.021)	(2.508)	(1.107.874)

	Banco				
	31/12/2011				
	Operações de Crédito (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do exercício	937.848	-	118.430	15.856	1.072.134
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	95.504	-	-	-	95.504
- Constituição/reversão de provisão	762.064	53.893	47.686	(3.171)	860.472
- Baixas contra a provisão	(1.130.039)	-	-	-	(1.130.039)
Saldo do fim do exercício	665.377	53.893	166.116	12.685	898.071
- Créditos recuperados (4) (5)	78.243	-	-	-	78.243
- Efeito no resultado (6)	(683.821)	(53.893)	(47.686)	3.171	(782.229)

	Consolidado				
	31/12/2012				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do exercício	1.096.202	53.893	166.116	12.685	1.328.896
- Saldos de empresas adquiridas (7)	29.150	8.088	-	740	37.978
- Constituição/reversão de provisão	1.556.930	(61.550)	51.021	2.508	1.548.909
- Baixas contra a provisão	(1.170.919)	-	-	-	(1.170.919)
Saldo do fim do exercício	1.511.363	431	217.137	15.933	1.744.864
- Créditos recuperados (4) (5)	139.678	-	-	-	139.678
- Efeito no resultado (6)	(1.417.252)	61.550	(51.021)	(2.508)	(1.409.231)

	Consolidado				
	31/12/2011				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do exercício	1.077.047	-	118.430	15.856	1.211.333
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	149.252	-	-	-	149.252
- Constituição/reversão de provisão	1.157.719	53.893	47.686	(3.171)	1.256.127
- Baixas contra a provisão	(1.287.816)	-	-	-	(1.287.816)
Saldo do fim do exercício	1.096.202	53.893	166.116	12.685	1.328.896
- Créditos recuperados (4) (5)	85.266	-	-	-	85.266
- Efeito no resultado (6)	(1.072.453)	(53.893)	(47.686)	3.171	(1.170.861)

- (1) Inclui outros créditos com características de operação de crédito e operações de câmbio;
- (2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;
- (3) Refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de cessão de crédito com coobrigação (nota 9g), classificada em Outras Obrigações - diversas;
- (4) No exercício findo em 31/12/2012, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 139.678 (sendo R\$ 121.127 de recuperação de crédito do Banco, R\$ 17.623 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 928 de recuperação de crédito da BFRE). No Banco e no Consolidado, a carteira de créditos renegociados totaliza R\$ 30.442 (R\$ 70.812 em 31/12/2011);
- (5) Contabilizado em Rendas de operações de crédito;
- (6) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperados; e
- (7) Representado pela empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (vide nota 1).

e) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	Banco			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	7.764.313	81,33	5.148.176	84,38
Agroindústria	179.354	1,88	232.687	3,82
Açúcar e Etanol	77.914	0,82	113.928	1,87
Agronegócio e Proteína Animal	101.440	1,06	118.759	1,95
Comércio	954.042	9,99	197.565	3,24
Atacado e Varejo	954.042	9,99	197.565	3,24
Indústrias de Base	139.974	1,47	136.703	2,24
Autopeças	2.096	0,02	7.055	0,12
Indústria Química	40.116	0,42	35.680	0,58
Óleo e Gás	-	-	812	0,01
Outras Indústrias	80.972	0,85	68.016	1,11
Papel e Celulose	6.713	0,07	15.054	0,25
Têxtil	10.077	0,11	10.086	0,17
Serviços	509.164	5,33	385.756	6,32
Construção e Incorporação	179.789	1,87	145.246	2,38
Financeiros	66.652	0,70	71.431	1,17
Locação de Veículos	10.178	0,11	3.850	0,06
Mídia, TI e Telecom	22.159	0,23	12.438	0,20
Outros Serviços	173.367	1,82	32.311	0,53
Saúde, Segurança e Educação	103	-	46	-
Transporte e Logística	9.097	0,10	10.121	0,17
Utilitários	47.819	0,50	110.313	1,81
Total	9.546.847	100,00	6.100.887	100,00

Setor de atividade	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	9.925.787	78,98	7.656.476	87,84
Agroindústria	179.354	1,43	232.687	2,67
Açúcar e Etanol	77.914	0,62	113.928	1,31
Agronegócio e Proteína Animal	101.440	0,81	118.759	1,36
Comércio	1.020.938	8,12	304.404	3,49
Atacado e Varejo	1.020.938	8,12	304.404	3,49
Indústrias de Base	139.974	1,11	136.703	1,57
Autopeças	2.096	0,02	7.055	0,08
Indústria Química	40.116	0,32	35.680	0,41
Óleo e Gás	-	0,00	812	0,01
Outras Indústrias	80.972	0,64	68.016	0,78
Papel e Celulose	6.713	0,05	15.054	0,17
Têxtil	10.077	0,08	10.086	0,12
Serviços	1.301.006	10,36	385.756	4,43
Construção e Incorporação	971.631	7,74	145.246	1,67
Financeiros	66.652	0,53	71.431	0,82
Locação de Veículos	10.178	0,08	3.850	0,04
Mídia, TI e Telecom	22.159	0,18	12.438	0,14
Outros Serviços	173.367	1,38	32.311	0,37
Saúde, Segurança e Educação	103	-	46	-
Transporte e Logística	9.097	0,07	10.121	0,12
Utilitários	47.819	0,38	110.313	1,27
Total	12.567.059	100,00	8.716.026	100,00

f) **Concentração das operações de crédito:**

Maiores Devedores	Banco				Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	232.068	2,43	243.603	3,99	294.565	2,34	243.603	2,79
50 seguintes maiores devedores	622.140	6,52	494.948	8,11	742.980	5,91	494.948	4,59
100 seguintes maiores devedores	705.383	7,39	135.462	2,22	850.136	6,76	149.859	2,76
Demais devedores	7.987.256	83,66	5.226.874	85,68	10.679.378	84,99	7.827.616	89,86
Total	9.546.847	100,00	6.100.887	100,00	12.567.059	100,00	8.716.026	100,00

g) **Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:**

- **Cessões sem coobrigação**

No exercício findo em 31/12/2012, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Banco		
	31/12/2012		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	291.516
Empréstimos em consignação	581.646	420.153	161.493
Financiamentos habitacionais	247.000	185.074	61.926
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.398	2.097
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	344.434	112.389
Total	3.264.227	2.634.806	629.421

	Consolidado		
	31/12/2012		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	291.516
Empréstimos em consignação	581.646	420.153	161.493
Financiamentos habitacionais	247.000	177.222	69.778
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.147	2.348
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	331.106	125.717
Total	3.264.227	2.613.375	650.852

	Banco		
	31/12/2011		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Com coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	485.872	401.752	84.120
Subtotal	485.872	401.752	84.120
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	4.945.741	4.161.424	784.317
Empréstimo em consignação	1.364.613	1.103.600	261.013
Conta garantida e capital de giro	141.407	139.627	1.780
Subtotal	6.451.761	5.404.651	1.047.110
Total	6.937.633	5.806.403	1.131.230

	Consolidado		
	31/12/2011		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Com coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	485.872	401.752	84.120
Subtotal	485.872	401.752	84.120
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	4.186.689	3.561.370	625.319
Empréstimo em consignação	1.364.613	1.103.600	261.013
Conta garantida e capital de giro	141.407	139.627	1.780
Subtotal	5.692.709	4.804.597	888.112
Total	6.178.581	5.206.349	972.232

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

- **Cessões com coobrigação**

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 1.157.786 (R\$ 2.082.661 em 31/12/2011), no banco e consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 1.283.008 (R\$ 2.429.721 em 31/12/2011), no banco e consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 217.137 (R\$ 166.116 em 31/12/2011), no banco e consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (ver nota explicativa nº 23b).

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucros nas cessões de crédito (nota 9g)	629.421	1.131.230	650.852	972.232
Cartão de crédito	221.259	321.040	221.259	321.040
Crédito direto ao consumidor	837.360	387.577	1.249.931	895.923
Empréstimos em consignação	257.610	183.613	257.610	183.613
Crédito pessoal	57.011	96.409	57.011	96.409
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	121.127	78.243	139.678	85.266
Conta garantida	1.912	23.591	1.912	23.591
Renegociações	4.346	9.905	4.346	9.905
Financiamento à exportação	23.842	5.278	23.842	5.278
Habitacionais	608	-	62.718	-
Rendas de empreendimentos imobiliários	-	-	7.792	-
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	-	-	31.506	-
Capital de giro	114.047	62.555	114.047	62.555
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	-	-	90.154	191.118
Outras	17.042	13.444	17.042	13.444
Total	2.285.585	2.312.885	2.929.700	2.860.374

10) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

Banco e Consolidado	31/12/2012	31/12/2011
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	357.597	80.386
Rendas a receber	13.916	748
Total do Ativo	371.513	81.134
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	346.278	77.652
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(346.278)	(77.652)
Total do Passivo	-	-

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	31/12/2012	31/12/2011
Rendas de Financiamento à Exportação	26.234	749
Variação Cambial	30.417	3.114
Outros	3.929	(40)
Total	60.580	3.823

11) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	31/12/2012
Tranches 95 e 96	01/09/2027	TR	8,65	13.523
Cédula de Crédito Imobiliário	20/02/2042	INCC/IGPM ou TR	Até 17,09	141.075
Total				154.598

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa qualidade, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

12) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

Consolidado	31/12/2012
Disponibilidades	27.866
Aplicações Financeiras	126.087
Recebíveis Imobiliários (1)	8.726.764
Outros Ativos	6.274
Total do Ativo	8.886.991
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	8.841.490
Outros Passivos	28.173
Total do Passivo	8.869.663
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	17.328

- (1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, INCC, IPCA, TR, ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00 % a.a. a 18,44 % a.a. e com vencimento até 28/10/2041;
- (2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 2,00% a.a. a 65,41% a.a. e com vencimento até 20/11/2041; e
- (3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do exercício de 2012, a Companhia adquiriu o montante de R\$ 1.374.458 de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 19.456.

c) Em 31/12/2012, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 19.235 mil, que corresponde a 1,45% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

13) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (*)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Créditos tributários (Nota 35b)	2.649.711	2.191.380	3.013.674	2.545.215
Valores a receber por cessão de créditos	148.860	158.558	149.031	158.558
Títulos e créditos a receber (a)	510.360	472.239	510.360	472.239
Imposto de renda a compensar	67.694	58.427	168.668	87.109
Depósitos judiciais e fiscais	68.703	52.868	89.656	66.053
Cartões de crédito (b)	17.689	29.232	17.689	29.232
Valores a receber de empréstimos consignados (c)	29.194	15.583	29.194	15.583
Valores a receber de sociedades ligadas	4.713	2.000	-	-
Valores a receber de bens leiloados	-	11.581	-	11.581
Valores a receber com venda de direitos creditórios sobre operações de arrendamento mercantil	-	-	-	37.054
Outros	47.242	126.679	60.146	153.410
Total	3.544.166	3.118.547	4.038.418	3.576.034

(*) Inclui títulos e créditos a receber;

- (a) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;
- (b) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram; e
- (c) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2012 é R\$ 15.193 (R\$ 12.685 em 31/12/2011).

14) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros:

	Valor Residual							
	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2012	31/12/2011	Custo	Provisão para perdas	31/12/2012	31/12/2011
Veículos	52.283	(33.838)	18.445	19.306	54.895	(35.446)	19.449	17.929
Veículos em regime especial	65.498	(59.397)	6.101	13.375	69.981	(63.402)	6.579	17.557
Imóveis	204	(77)	127	152	16.506	(77)	16.429	152
Total dos bens não de uso próprio	117.985	(93.312)	24.673	32.833	141.382	(98.925)	42.457	35.638
Outros bens (1)	374	-	374	551	374	-	374	551
Total de outros valores e bens	118.359	(93.312)	25.047	33.384	141.756	(98.925)	42.831	36.189

(1) No exercício encerrado em 31/12/2012, foram baixados valores de outros bens por "impairment", no montante de R\$ 173 no Banco e Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Comissões pagas a correspondentes bancários	313.725	180.969	360.523	293.445
Gastos na emissão de títulos no exterior	12.778	16.810	12.778	16.810
Despesas de comercialização da Seguradora	-	-	3.464	473
Outras	66	-	899	-
Total	326.569	197.779	377.664	310.728

15) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
			ON	PN	Cotas			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1) (3)	141.521	67.181	11	-	-	99,970%	(35.481)	67.161	102.633	(35.472)	(3.274)
Panamericana de Seguros S.A. (1)(3)(5)	71.256	168.181	339.207	106	-	99,999%	37.469	168.180	132.817	37.469	37.386
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1) (3) (4)	2.060	24.294	-	-	2.061	99,999%	21.278	24.294	3.016	21.278	956
Panamericano Adm. e Corretora de Seguros e Previdência Privada Ltda. (1)(3)(6)(7)	306	2.153	-	-	1	99,999%	1.871	2.153	(25)	1.871	(25)
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (1)(3)(8)(9)	897.543	856.480	169.584	-	-	100,000%	10.002	968.076	-	10.002	-
Total								1.229.864	238.441	35.148	35.043

(1) Dados relativos a 31/12/2012;

(2) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2012 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco Panamericano;

(4) Empresa constituída em 15/06/2011;

(5) Em 27/05/2011, a BF Utilidades Domésticas Ltda vendeu para o Banco Panamericano 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana de Seguros S.A. O processo foi aprovado pela SUSEP em 09/08/2011;

(6) Empresa constituída em 22/07/2011;

(7) Em 31/12/2011 a controlada estava classificada na rubrica "passivo a descoberto";

(8) Empresa adquirida em 2012 (notas 1 e 4); e

(9) O valor contábil inclui ágio na aquisição do investimento no montante de R\$ 111.597, líquido da amortização acumulada (vide nota 17a).

b) Outros Investimentos:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Câmara Interbancária de Pagamentos	380	380	380	380
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	-	304	304
Incentivos fiscais	-	-	80	261
Obras de Arte	23	73	23	73
Prudenshopping	-	7	-	7
Outros	-	-	1	1
Total	403	460	788	1.026

No exercício encerrado em 31/12/2012, foram baixados valores de Investimentos por “*impairment*” no montante de R\$ 50 (consolidado R\$ 231), conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

16) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Banco	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2012	31/12/2011
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	14.893	(11.634)	3.259	2.786
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.745	(1.541)	204	68
Sistemas de processamento de dados	20%	21.276	(17.915)	3.361	3.419
Sistemas de transportes	20%	244	(174)	70	162
Total em 31/12/2012		38.158	(31.264)	6.894	-
Total em 31/12/2011		35.775	(29.340)	-	6.435

Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2012	31/12/2011
Imóveis de uso	4%	2.530	(251)	2.279	4.895
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	20.796	(13.291)	7.505	2.887
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.834	(1.604)	230	101
Sistemas de processamento de dados	20%	25.041	(20.472)	4.570	3.419
Sistemas de transportes	20%	244	(174)	70	162
Outras imobilizações	-	114	-	113	95
Total em 31/12/2012		50.559	(35.792)	14.767	-
Total em 31/12/2011		41.762	(30.203)	-	11.559

No exercício encerrado em 31/12/2012, foram baixados valores do ativo imobilizado por “*impairment*”, no montante de R\$ 338 (R\$ 936 no exercício findo em 31/12/2011) no Banco e Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

17) INTANGÍVEL**a) Ágio:**

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 116.449 (Consolidado R\$ 250.532), representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras individuais em investimento e nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.

No exercício encerrado em 31/12/2012, o ágio amortizado totalizou a R\$ 4.852 (Consolidado R\$ 10.440). Para maiores informações sobre a aquisição do investimento vide nota 1 às demonstrações financeiras.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2012	31/12/2011
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	36.747	(12.744)	24.003	7.759
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	9.337	(1.424)	7.913	1.433
Outros	10%	21	(18)	3	1.202
Total em 31/12/2012		46.105	(14.186)	31.919	-
Total em 31/12/2011		19.402	(9.008)	-	10.394

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2012	31/12/2011
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	39.634	(14.418)	25.216	7.826
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	31.749	(4.300)	27.449	4.656
Ágio (nota17a)	10%	250.532	(10.440)	240.092	-
Outros	10%	22	(19)	3	1.202
Total em 31/12/2012		321.937	(29.177)	292.760	-
Total em 31/12/2011		23.121	(9.437)	-	13.684

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento logiciais	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Total
Saldo em 31/12/2011	7.759	1.433	1.202	10.394
Adições/Baixas	21.263	6.739	(1.017)	26.985
Amortização do exercício	(5.019)	(259)	(182)	(5.460)
Saldo em 31/12/2012	24.003	7.913	3	31.919

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Ágio (Nota 17 a)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2011	7.826	4.656	-	1.202	13.684
Saldos de empresas adquiridas	25.567	4.098	134.083	-	163.748
Adições/Baixas	(2.614)	20.747	116.449	(1.017)	133.585
Amortização do exercício	(5.563)	(2.052)	(10.440)	(182)	(18.257)
Saldo em 31/12/2012	25.216	27.449	240.092	3	292.760

No exercício encerrado em 31/12/2012, foram baixados valores do Intangível por "impairment", no montante de R\$ 1.144, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

18) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2012	31/12/2011
• Depósitos à vista (1)	101.616	-	-	-	101.616	97.461
• Depósitos interfinanceiros	1.757.592	2.344.564	345.029	45.766	4.492.951	2.721.204
• Depósitos a prazo	254.722	281.408	665.555	1.458.062	2.659.747	2.410.589
Total em 31/12/2012	2.113.930	2.625.972	1.010.584	1.503.828	7.254.314	-
Total em 31/12/2011	1.244.168	1.880.252	598.955	1.505.879	-	5.229.254

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2012	31/12/2011
• Depósitos à vista (1)	101.560	-	-	-	101.560	97.172
• Depósitos interfinanceiros	1.757.592	2.344.564	2.585	45.766	4.150.507	2.721.204
• Depósitos a prazo	254.722	281.408	416.774	1.409.157	2.362.061	2.403.140
Total em 31/12/2012	2.113.874	2.625.972	419.359	1.454.923	6.614.128	-
Total em 31/12/2011	1.243.411	1.879.546	598.954	1.499.605	-	5.221.516

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro.

b) Captações no mercado aberto:

Banco	31/12/2012				31/12/2011
	Até 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Carteira Própria	776.185	39.150	45.677	861.012	563.842
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	155.000	39.150	45.677	239.827	563.842
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	621.185	-	-	621.185	-
Carteira de Terceiros	239.722	-	-	239.722	-
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	239.722	-	-	239.722	-
Total em 31/12/2012	1.015.907	39.150	45.677	1.100.734	-
Total em 31/12/2011	442.472	-	121.370	-	563.842

Consolidado	31/12/2012				31/12/2011
	Até 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Carteira Própria	755.307	39.150	45.677	840.134	516.429
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	155.000	39.150	45.677	239.827	516.429
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	600.307	-	-	600.307	-
Carteira de Terceiros	239.722	-	-	239.722	-
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	239.722	-	-	239.722	-
Total em 31/12/2012	995.029	39.150	45.677	1.079.856	-
Total em 31/12/2011	411.560	-	104.869	-	516.429

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco	31/12/2012					31/12/2011
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Títulos e Valores Mobiliários - país						
• Letras Financeiras – LF	-	-	260.055	965.533	1.225.588	237.891
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	56.409	119.132	177.253	12.705	365.499	66.711
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	5.464	2.272	50.250	6.357	64.343	-
Subtotal	61.873	121.404	487.558	984.595	1.655.430	304.602
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)						
• Euro Medium-Term Notes	9.600	13.156	-	589.832	612.588	925.349
Subtotal	9.600	13.156	-	589.832	612.588	925.349
Total em 31/12/2012	71.473	134.560	487.558	1.574.427	2.268.018	-
Total em 31/12/2011	9.787	45.275	22.099	1.152.790	-	1.229.951

Consolidado	31/12/2012					31/12/2011
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Títulos e Valores Mobiliários - país						
• Certificado de Recebíveis Imobiliários	403	134	1.055	15.204	16.796	-
• Letras Financeiras - LF	-	-	260.055	965.533	1.225.588	237.891
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	56.409	119.132	177.253	12.705	365.499	66.711
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	217.369	378.277	342.342	352.086	1.290.074	-
Subtotal	274.181	497.543	780.705	1.345.528	2.897.957	304.602
• Recursos de Debêntures	7.546	-	20.000	26.667	54.213	-
Subtotal	7.546	-	20.000	26.667	54.213	-
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)						
• Euro Medium-Term Notes	9.600	13.156	-	589.832	612.588	925.349
Subtotal	9.600	13.156	-	589.832	612.588	925.349
Total em 31/12/2012	291.327	510.699	800.705	1.962.027	3.564.758	-
Total em 31/12/2011	9.787	45.275	22.099	1.152.790	-	1.229.951

(1) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em 22/02/2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 por meio da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 em 26/10/2009 e US\$ 300.000 em 04/08/2010.

O Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores dessas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27/06 e 12/07/2011, e teve a adesão com valor total de principal de US\$ 900 para o vencimento em 2012 e US\$ 11.400 na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27/07/2011.

A seguir, a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	Banco e Consolidado	
			31/12/2012 (1)	31/12/2011 (1)
199.100	7,00% a.a.	26/10/2012	-	378.763
288.638	5,50% a.a.	04/08/2015	612.588	546.586
Total			612.588	925.349

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 15.874 no exercício findo em 31/12/2012 (despesa de R\$ 6.274 no exercício findo em 31/12/2011). Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3e e 8c).

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos a prazo	334.787	484.848	328.392	484.422
Depósitos interfinanceiros	246.190	125.256	239.714	125.256
Variação cambial	162.637	234.156	162.637	234.156
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas Subordinadas	157.747	115.080	157.747	115.080
Marcação a Mercado de captações no exterior – Dívida Subordinada e TVM no exterior	152.991	2.784	152.991	2.784
Operações compromissadas	102.817	53.119	99.376	51.362
Letras Financeiras – LF	63.286	10.223	63.286	10.223
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	21.405	880	21.405	881
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC	10.901	21.045	10.901	21.045
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	2.349	-	37.575	-
Captação por meio de FIDCs	-	-	85.500	153.694
Encargos sobre obrigação por venda de direitos creditórios de arrendamento mercantil	-	-	459	20.600
Debêntures	-	-	2.176	-
Total	1.255.110	1.047.391	1.362.159	1.219.503

19) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	161.868	325.226	152.362	312.426
Total	161.868	325.226	152.362	312.426

20) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

Banco	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2012
• No Exterior	10.234	23.590	22.993	-	56.817
Total em 31/12/2012	10.234	23.590	22.993	-	56.817

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2012
• No País	-	1.181	36.220	100.000	137.401
• No Exterior	14.773	23.590	64.074	205.181	307.618
Total em 31/12/2012	14.773	24.771	100.294	305.181	445.019

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
No país	-	-	(14.363)	-
No exterior	(1.244)	(44)	(11.819)	(44)
Total	(1.244)	(44)	(26.182)	(44)

21) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					31/12/2012	31/12/2011
No Exterior (1): 2020	10	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	1.184.089	961.796
No País (2): 2018	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	10.540	-
Total					1.194.629	961.796

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 137.117 no exercício findo em 31/12/2012 (receita de R\$ 9.058, no exercício findo em 31/12/2011). Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3 e 8c); e

(2) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018.

As dívidas subordinadas relacionadas às tranches com vencimento em 18/07/2016 foram canceladas em razão do resgate total antecipado efetuado pelo Banco Panamericano em 18/07/2011.

22) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

Referem-se à provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e para o Programa de Integração Social – PIS no montante de R\$ 563.755 (R\$ 476.960 em 31/12/2011) no Banco e R\$ 642.663 (R\$ 545.376 em 31/12/2011) no Consolidado, que vêm sendo questionadas judicialmente e encontram-se amparados por sentença favorável de primeira instância. O Banco e suas controladas estão questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98 e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são possíveis.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis:

O Banco Panamericano S/A é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caiba mais recursos ou pela sua prescrição.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I – Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Processos cíveis	102.935	118.648	113.285	131.802
Processos tributários	3.409	17.131	20.970	24.627
Processos trabalhistas	11.850	17.411	17.543	22.916
Subtotal (a)	118.194	153.190	151.798	179.345
Provisão para riscos fiscais (b)	563.755	476.960	642.663	545.376
Total	681.949	630.150	794.461	724.721

(a) Nota 23b; e

(b) Classificados na rubrica "Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias" (Nota 23a).

II – Movimentação das provisões:

Banco	31/12/2012					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2011	17.411	118.648	17.131	153.190	476.960	630.150
Baixas	(1.607)	(73.392)	-	(74.999)	-	(74.999)
Constituições líquidas de reversões	(3.954)	57.679	(13.722)	40.003	86.795	126.798
Saldo em 31/12/2012	11.850	102.935	3.409	118.194	563.755	681.949

Consolidado	31/12/2012					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2011	22.916	131.802	24.627	179.345	545.376	724.721
Saldos de empresas adquiridas	-	447	-	447	-	447
Baixas	(2.024)	(78.816)	(18)	(80.858)	-	(80.858)
Constituições líquidas de reversões	(3.349)	59.852	(3.639)	52.864	97.287	150.151
Saldo em 31/12/2012	17.543	113.285	20.970	151.798	642.663	794.461

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

No 4º trimestre de 2011 a Panamericana de Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

No 3º trimestre de 2012, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco Panamericano S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

23) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para riscos fiscais (nota 22a)	563.755	476.960	642.663	545.376
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/2009 (1)	36.069	39.117	38.239	41.604
Provisão para imposto de renda diferido (nota 35e)	18.659	19.816	207.572	230.981
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7.678	4.783	8.045	5.123
Impostos e contribuições sobre salários	1.028	1.850	3.518	1.994
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	334	497	334	497
ISS a recolher	1.637	1.490	3.426	2.523
COFINS a recolher	1.050	1.305	4.073	1.978
PIS a recolher	171	212	776	358
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	84.117	28.348
Outros	-	-	116	491
Total	630.381	546.030	992.879	859.273

(1) O Banco Panamericano e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e as vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores

jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e, após apropriação das antecipações efetuadas, apresenta a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Débitos previdenciários	33.058	35.853	33.058	35.853
Demais débitos	3.011	3.264	5.181	5.751
Total	36.069	39.117	38.239	41.604

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Captação de recursos FIDCs	-	-	560.924	1.070.826
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	490.476	445.818	490.476	445.818
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 9d)	217.137	166.116	217.137	166.116
Provisão para passivos contingentes (Nota 22b)	118.194	153.190	151.798	179.345
Valores a pagar a sociedades ligadas	18.983	95.031	7.365	5.016
Valores a pagar a lojistas	25.302	24.840	25.302	24.840
Provisão para pagamentos a efetuar	87.805	41.775	121.622	52.171
Arrecadação de cobrança	41.997	19.222	41.997	19.222
Cheques administrativos	39	18	39	18
Obrigações por operações de venda ou transferência de financiamentos de arrendamento mercantil	-	-	-	42.277
Depósitos de terceiros	-	-	260	39
Valores específicos de consórcio	-	-	16.119	8.170
Outros	11.477	114.601	24.001	117.378
Total	1.011.410	1.060.611	1.657.040	2.131.236

24) PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS

As provisões técnicas – seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos:

Consolidado	31/12/2012	31/12/2011
Prestamistas	64.656	104
Desemprego/perda de renda	17.641	27.565
Acidentes pessoais coletivos	4.938	29.110
Rendas de eventos aleatórios	1.107	2.201
Vida em grupo	77	574
Seguro Habitacional - Prestamista	67	-
Seguro Habitacional – Demais coberturas	24	-
Total	88.510	59.554

b) Sinistros a liquidar:

Consolidado	31/12/2012	31/12/2011
Acidentes pessoais coletivos	2.573	3.559
Vida em grupo	1.630	1.405
Prestamistas	1.429	297
Desemprego/perda de renda	564	310
Rendas de eventos aleatórios	535	811
Outros	14	15
Subtotal (1)	6.745	6.397
DPVAT	17.593	19.528
Total	24.338	25.925

(1) Do montante de R\$ 6.745 (R\$ 6.397 em 31/12/2011), o valor de R\$ 3.384 (R\$ 3.236 em 31/12/2011) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	312	3.384	311	3.236
Total	312	3.384	311	3.236

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados:

Consolidado	31/12/2012	31/12/2011
DPVAT	15.727	9.561
Prestamistas	6.395	9.593
Vida em grupo	5.457	8.210
Acidentes pessoais coletivos	1.051	1.111
Desemprego/perda de renda	524	646
Rendas de eventos aleatórios	524	16
Resseguros	3	377
Total	29.681	29.514

d) Outras provisões:

Consolidado	31/12/2012	31/12/2011
Prestamistas	-	207
DPVAT	453	79
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	380	383
Acidentes pessoais coletivos	318	-
Rendas de eventos aleatórios	-	60
Vida em grupo	5	-
Desemprego/Perda de renda	262	-
Total	1.418	729

Total das provisões técnicas – seguros e resseguros	143.946	115.722
--	----------------	----------------

e) Resultado com operações de seguros

I - Receita de prêmios de seguros ganhos por ramo:

Ramos (*)	31/12/2012	31/12/2011
Danos pessoais (DPVAT)	33.897	33.434
Acidentes pessoais coletivos	30.573	70.869
Desemprego/perda de renda	8.346	4.800
Prestamista	18.573	5.310
Renda de eventos aleatórios	1.154	1.921
Vida em grupo	68	7.025
Seguro Habitacional - Prestamista	(51)	-
Seguro Habitacional – Demais coberturas	(14)	-
Total	92.546	123.359

(*) Resultado líquido da variação das provisões técnicas de prêmios.

II - Sinistros ocorridos por ramo

Ramo	31/12/2012	31/12/2011
DPVAT	29.803	29.096
Rendas de eventos aleatórios	1.865	2.042
Desemprego/perda de renda	1.775	1.253
Acidentes pessoais coletivos	697	(2.000)
Resseguros	3	-
Vida em grupo	(1.335)	16.078
Prestamista	(1.182)	14.550
Assistência	69	-
Total	31.695	61.019

25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2012 é de R\$ 2.867.020 (31/12/2011 – R\$ 1.108.091), e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/12/2012	31/12/2011
Ordinárias	292.463.400	131.881.028
Preferenciais	242.612.675	112.462.912
Total	535.076.075	244.343.940

Movimentação do capital social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2011	131.881.028	112.462.912	244.343.940
Aumento de Capital	160.582.372	130.149.763	290.732.135
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2012	292.463.400	242.612.675	535.076.075

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, foi aprovado aumento do capital social do Banco Panamericano, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$ 1.800.000, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção do número de ações ordinárias e preferenciais existentes, de até 297.520.662 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

O preço de emissão foi fixado em R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), com base na cotação média de mercado das ações preferenciais de emissão da Companhia nos 180 (cento e oitenta) pregões de negociação da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") compreendidos entre 11/04/2011, inclusive, e 27/12/2011, inclusive, sem ágio ou deságio.

Após o prazo para exercício do direito de preferência e dos dois rateios de sobras realizados, foram subscritas um total de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, ao preço de emissão de R \$6,05 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.758.929. Tendo em vista que o aumento de capital superou o valor de Subscrição Mínima, conforme definido no Aviso aos Acionistas datado de 18 de janeiro de 2012, as sobras não subscritas foram canceladas. O processo foi aprovado pelo BACEN em 08/06/2012. Os novos recursos recebidos substituíram o montante de R\$ 620.000 efetuados em 09/11/2011, classificados em "Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias, nos termos da Resolução CMN nº 4.019/11.

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco.

No exercício de 2012, os saldos da reserva legal, reserva para integridade do Patrimônio Líquido e de reserva de capital foram utilizados integralmente para a absorção do prejuízo do exercício.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Em reunião realizada em 27 de abril de 2011, o Conselho de Administração do Banco aprovou, por unanimidade, o cancelamento de distribuição dos juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2010 no valor bruto de R\$6.000, que seriam pagos até 30 de abril de 2011.

O cancelamento da distribuição do JCP se justifica tendo em vista que: (i) foram verificadas, conforme divulgado no Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, que as Demonstrações Financeiras até então publicadas, incluindo as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2010, base da deliberação dos JCP, estavam definitivamente comprometidas em sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante aos princípios contábeis e, portanto, não refletiam a real situação patrimonial do Banco à época, tendo inclusive sido identificadas posteriormente perdas que somadas chegam à ordem de aproximadamente R\$4.300.000; e (ii) as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes a 31/12/2010 e 30/11/2010, únicas Demonstrações Financeiras fidedignas da Companhia, apontam a inexistência de lucro líquido, o que impossibilita o pagamento de JCP, de acordo com a legislação em vigor.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei 11.638/07. Esse dividendo será majorado para 35% a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2013, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012.

Em reunião do Conselho de Administração de 10 de fevereiro de 2012, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2011, referendados na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2012, no valor bruto de R\$ 16.831, sendo R\$ 0,068882412 brutos por ação (R\$ 0,058550050 líquido de imposto de renda na fonte de 15%), cujo pagamento foi efetuado em 30/04/2012.

d) Depósito de acionista:

Em 31 de janeiro de 2011, mediante operação financeira complementar, que contou com o conhecimento do BACEN e com o apoio financeiro do FGC – Fundo Garantidor de Crédito, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos) aportou o valor de R\$ 1.300.000 no Banco Panamericano S.A. para assumir os prejuízos decorrentes das irregularidades contábeis adicionais, divulgados nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2010 do Banco. O objetivo deste aporte foi reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional do Banco.

e) Ajustes de exercícios anteriores:

Durante o exercício de 2011, foram contabilizados valores a título de ajuste de exercícios anteriores, conforme segue:

Banco	2011
- Baixa de contas transitórias (1)	50.789
- Ajuste do passivo de liquidação antecipada em operações de cessões de crédito (2)	195.936
- Subtotal	246.725
- Efeitos tributários	(98.691)
Total	148.034

(1) Refere-se a baixa de contas transitórias ativas e passivas, pendentes há mais de 180 dias, efetuada no 1º semestre de 2011; e

(2) No 3º trimestre de 2011, o Banco alterou sua política contábil relativa aos valores recebidos antecipadamente de clientes cujos créditos haviam sido cedidos a outras instituições financeiras. Até o 2º trimestre de 2011, essas antecipações eram atualizadas pelas taxas de contratação dessas operações, pela expectativa do Banco em ceder novas operações de créditos aos cessionários em troca dessas dívidas. Todavia, a maioria dos passivos de liquidação antecipada estava sendo quitada em espécie pelo Banco, sendo assim atualizados pelas taxas pactuadas nas operações de cessão de crédito. Dessa forma, o Banco decidiu passar a atualizar todos os passivos pelas taxas das operações de cessão de crédito para demonstrar a efetiva obrigação do Banco para com os respectivos cessionários.

26) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Operações de crédito	172.912	182.081	172.912	182.081
Rendas de cartões	82.372	114.786	82.395	114.786
Rendas de serviços de cobrança	243	50	243	50
Administração de consórcios	-	-	21.773	13.300
Rendas de estruturação de operações / fundos	-	-	12.639	-
Rendas de administração de fundos	-	-	3.697	-
Rendas de comissão / intermediação	-	-	1.545	-
Outras	22.211	22.616	20.251	23.109
Total	277.738	319.533	315.455	333.326

27) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Proventos	100.094	43.785	181.327	62.231
Encargos Sociais	26.606	16.747	55.094	23.715
Benefícios	10.965	5.164	36.296	10.569
Honorários	11.214	8.733	16.918	9.030
Outros	1.207	325	1.498	554
Total	150.086	74.754	291.133	106.099

28) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Comissões pagas a correspondentes bancários	414.112	662.368	497.788	759.060
Serviços de terceiros	352.380	182.409	220.717	177.012
Processamento de dados	52.051	84.035	53.327	84.712
Acordos judiciais (1)	-	33.129	19	34.034
Serviços do sistema financeiro	62.136	59.432	77.977	66.540
Comunicações	42.398	41.073	45.701	41.209
Taxas e emolumentos	42.075	5.643	45.089	6.359
Propaganda, promoções e publicidade	7.425	9.807	9.621	10.255
Aluguéis	15.849	15.425	28.314	15.361
Transporte	4.732	6.711	6.477	6.817
Depreciação e amortização	7.284	4.687	9.950	4.742
Viagens	1.965	1.741	3.273	1.811
Manutenção e conservação de bens	4.368	3.159	6.412	3.166
Despesas com busca e apreensão de bens	27.494	49.442	27.878	50.460
Materiais de consumo	1.227	1.246	1.432	1.250
Administração de fundos	-	-	4.595	8.578
Outras	56.854	61.799	66.282	68.283
Total	1.092.350	1.222.106	1.104.852	1.339.649

(1) Despesa reclassificada para "Outras Despesas Operacionais" no 2º semestre de 2011.

29) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contribuição à Cofins	61.365	75.253	88.302	85.246
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	13.598	12.229	31.286	13.349
Contribuição ao PIS	9.990	18.465	15.188	23.559
Impostos e taxas	2.036	6.077	4.489	26.955
Total	86.989	112.024	139.265	149.109

30) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Recuperação de encargos e despesas (1)	64.516	65.690	82.050	68.754
Reversão de provisões	44.102	34.386	50.588	34.594
Taxa de Registro de Cartórios – CDC	30.420	16.697	30.420	16.697
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	4.413	68.589	4.413	68.589
Restituição de prêmios de seguros	39	34.541	39	34.541
Outras	19.953	23.219	45.596	45.351
Total	163.443	243.122	213.106	268.526

(1) Refere-se à recuperação de valores que foram pagos para as assessorias de cobrança.

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Cessão de operações de crédito	176.716	115.367	180.010	102.567
Constituição de provisões	84.105	86.459	98.606	93.063
Prejuízo com operações de crédito/financiamento e fraudes dedutíveis	51.294	56.267	51.345	56.267
Variação monetária passiva	34.515	47.711	40.365	51.129
Descontos concedidos	24.060	12.696	32.016	14.399
Amortização de ágio	4.852	-	10.440	-
Administração de Apólice de Seguros	-	-	4.094	7.524
Gravames (1)	7.390	-	7.395	-
Outras	45.059	3.034	61.547	38.406
Total	427.991	321.534	485.818	363.355

(1) Despesa anteriormente classificada em Outras Despesas Administrativas – Processamento de Dados.

31) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado na alienação de outros valores e bens	(88.540)	(118.138)	(82.642)	(115.557)
Resultado na alienação de imobilizado / investimento	424	-	(1.003)	6.318
Desvalorização de outros valores e bens (1)	(20.947)	19.011	(20.911)	19.483
Impairment de ativos não financeiros	(2.103)	(936)	(2.285)	(967)
Outros	7	17	19	2.938
Total	(111.159)	(100.046)	(106.822)	(87.785)

(1) No 1º Semestre de 2011, tais valores eram classificados em Outras Despesas Operacionais.

32) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Banco			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)				
Banco BTG Pactual S.A.	6.000	639.461	53.270	29.656
Caixa Econômica Federal	-	-	5.257	16.490
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	238.297	606.101	35.957	91.504
Total	244.297	1.245.562	94.484	137.650
Títulos e valores mobiliários (b)				
Caixa CDC FIDC	85.478	194.918	(4.439)	(15.923)
Caixa Master CDC FIDC	293.954	653.727	(91.774)	(104.959)
FIDC F BP Financeiro	79.007	115.442	(36.434)	(108.093)
FIDC FF Multisegmentos	-	-	-	413
Banco BTG Pactual S.A.	100.811	10.432	95.871	-
Total	559.250	974.519	(36.776)	(228.562)
Cessão de crédito (c)				
Caixa Econômica Federal	116.271	41.973	-	-
Total	116.271	41.973	-	-
Outros créditos (d)				
Caixa Econômica Federal	2.596	-	-	-
Panamericana de Seguros S.A. - JCP	2.117	2.000	-	-
Total	4.713	2.000	-	-
Depósitos à vista (e)				
Panamericana Seguros S.A.	(9)	(512)	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	(5)	(1)	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(12)	(314)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(9)	(1.487)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(5)	(11)	-	-
Ourinvest Real Estate Holding	(21)	-	-	-
Brazilian Finance Real Estate	(1)	-	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(1)	-	-	-
Pessoal chave da administração	(3)	(4)	-	-
Total	(66)	(2.329)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)				
Banco BTG Pactual S.A.	(1.203.256)	(500.504)	(25.184)	(2.128)
Caixa Econômica Federal	(2.789.541)	(2.063.958)	(173.202)	(63.958)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(342.443)	-	(6.477)	-
Total	(4.335.240)	(2.564.462)	(204.863)	(66.086)
Depósitos a prazo (g)				
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	(2.728)	(85)	(29)	(1)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(28.080)	(2.773)	(505)	(366)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(18.097)	(4.591)	(378)	(59)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(77.699)	-	(1.350)	-
Brazilian Finance Real Estate	(3.136)	-	(247)	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda	(165.890)	-	(3.886)	-
Ourinvest Real Estate Holding	(2.056)	-	(8)	-
Pessoal chave da administração	-	-	-	(30)
Total	(297.686)	(7.449)	(6.403)	(456)
Obrigações por operações compromissadas (h)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(11.204)	(1.714)

Caixa Econômica Federal	(499.992)	(300.037)	(606)	(789)
Caixa CDC FIDC	(5.926)	(6.039)	(547)	(3.152)
Caixa Master CDC FIDC	(14.952)	(24.873)	(1.558)	(17.635)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	-	(16.501)	(1.668)	(1.756)
Total	(520.870)	(347.450)	(15.583)	(25.046)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)				
Pessoal chave da administração	(929)	-	(100)	-
Total	(929)	-	(100)	-
Outras Obrigações (j)				
Caixa Econômica Federal	(39.117)	(23.482)	-	-
Panamericana de Seguros S.A.	(68)	(7.078)	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	-	(113)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(615)	(87.840)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(6.729)	-	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(2.596)	-	-	-
Total	(49.125)	(118.513)	-	-
Despesa de pessoal (k)				
Panamericana de Seguros S.A.	-	-	(77)	(102)
Total	-	-	(77)	(102)
Outras despesas administrativas (l)				
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	-	-	(165.913)	(21.443)
Panamericana Seguros S.A.	-	-	(404)	(2.306)
Caixa Participações S.A	-	-	(1)	-
Tecban S.A	-	-	(531)	-
BTG Pactual Corretora	-	-	(97)	-
Caixa Seguradora S.A.	-	-	(213)	-
Caixa Econômica Federal	-	-	(1.513)	-
Total	-	-	(168.672)	(23.749)
Outras despesas operacionais (m)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(5.327)	-
Total	-	-	(5.327)	-
Resultado obtido na cessão de crédito (n)				
Caixa Econômica Federal	-	-	629.421	403.100
Caixa Master CDC FIDC	-	-	-	79.980
FIDC F BP Financeiro	-	-	-	79.018
Total	-	-	629.421	562.098

(a) Referem-se a aplicações do Banco com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas no caso dos FIDCs e aplicações em derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.;

(c) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;

(d) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados e juros sobre capital próprio;

(e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco;

(f) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco;

(h) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;

(i) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 94% do CDI;

(j) Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados por meio de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito a serem repassadas;

(k) Refere-se a parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco paga a seus colaboradores;

(l) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

(m) Refere-se a atualização monetária do depósito de acionista; e

(n) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

	Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas) (n)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)				
Banco BTG Pactual S.A.	6.000	639.461	53.270	29.656
Caixa Econômica Federal	-	-	5.257	16.490
Total	6.000	639.461	58.527	46.146
Títulos e valores mobiliários (b)				
Banco BTG Pactual S.A.	100.811	10.432	95.871	-
Total	100.811	10.432	95.871	-
Cessão de crédito (c)				
Caixa Econômica Federal	116.271	41.973	-	-
Total	116.271	41.973	-	-
Outros créditos (d)				
Caixa Econômica Federal	2.596	-	-	-
Total	2.596	-	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)				
Banco BTG Pactual S.A.	(1.203.256)	(500.504)	(25.184)	(2.128)
Caixa Econômica Federal	(2.789.541)	(2.063.958)	(173.202)	(63.958)
Panamericano DTVM S.A.	-	-	-	(246)
Total	(3.992.797)	(2.564.462)	(198.386)	(66.332)
Depósitos a prazo (f)				
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	-	(37)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	-	-	-	(46)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	-	(1.712)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	(126)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	-	-
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	-	-	-	(293)
Pessoal chave da administração	-	-	-	(139)
SSF Fomento Comercial Ltda.	-	-	-	(9)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	-	(417)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	-	-	-	(10)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	-	-	-	(49)
Total	-	-	-	(2.838)
Caixa CDC FIDC (g)				
Silvio Santos Participações Ltda	-	-	-	(32)
Pessoal chave da administração	-	-	-	(2.803)
Subtotal	-	-	-	(2.835)
Caixa Master CDC FIDC (g)				
Pessoal chave da administração	-	-	-	(150)
Subtotal	-	-	-	(150)
Total	-	-	-	(2.985)
Obrigações por operações compromissadas (h)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(11.204)	(1.714)
Caixa Econômica Federal	(499.992)	(300.037)	(606)	(789)
Total	(499.992)	(300.037)	(11.810)	(2.503)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)				
Pessoal chave da administração	(929)	-	(100)	-
Total	(929)	-	(100)	-
Outras Obrigações (j)				
Caixa Econômica Federal	(39.117)	(23.482)	-	-
Total	(39.117)	(23.482)	-	-

Outras despesas administrativas (k)				
Caixa Econômica Federal	-	-	(1.513)	-
Caixa Seguradora S.A.	-	-	(213)	-
BTG Pactual Corretora	-	-	(97)	-
Tecban S.A.	-	-	(531)	-
Caixa Participações S.A.	-	-	(1)	-
BF Par Utilidades Domésticas Ltda	-	-	-	(1.103)
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	-	(1.187)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda	-	-	-	(76)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	-	(753)
Hotel Jequití Ltda.	-	-	-	(2)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	-	(36.323)
Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda	-	-	-	(1.217)
Panamericano DTVM S.A.	-	-	-	(4.283)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	(66.741)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	-	(1.118)
Promolider Promotora Vendas Ltda.	-	-	-	(40)
Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	-	(17)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	-	(6)
SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda.	-	-	-	(5)
Total	-	-	(2.355)	(112.871)
Outras despesas operacionais (l)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(5.327)	-
Total	-	-	(5.327)	-
Resultado obtido na cessão de crédito (m)				
Caixa Econômica Federal	-	-	650.852	403.100
Brazilian Finance Real Estate	-	-	-	-
Total	-	-	650.852	403.100

(a) Referem-se a aplicações do Banco com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Referem-se a aplicações em derivativos;

(c) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;

(d) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados;

(e) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco;

(g) Referem-se à captação por meio de cotas do FIDC;

(h) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;

(i) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 94% do CDI;

(j) Referem-se a liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito;

(k) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

(l) Refere-se a atualização monetária do depósito de acionista;

(m) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito; e

(n) Exceto pelas informações da Caixa Econômica Federal, Banco BTG Pactual S.A. e Pessoal Chave da Administração, as demais informações de receitas e despesas referem-se à transações com empresas consideradas como partes relacionadas até 27/05/2011, data da troca do controle acionário do Banco Panamericano.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco Panamericano, foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 25/04/2012, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2012 no montante de R\$ 12.590 (despesas de honorários).

Benefícios de curto prazo a administradores (*)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas de honorários	11.214	7.909	14.126	8.206
Gratificações/Bônus	-	824	2.792	824
Contribuição ao INSS	2.443	1.919	3.654	1.984
Total	13.657	10.652	20.572	11.014

(*) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Panamericano não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Panamericano considera a gestão de capital um processo estratégico da Instituição que é executado de forma a otimizar o uso do capital disponível, contribuir para o alcance dos seus objetivos estratégicos e observar o limite de capital regulamentar.

A estrutura de gerenciamento de capital do banco é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços e a sua exposição a riscos, e é responsável pelo processo de gerenciamento de capital no grupo.

A gestão de capital envolve o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pelo Panamericano, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos incorridos e o planejamento de metas e de necessidade de capital. Ele é realizado de acordo com os objetivos estratégicos da Instituição, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

As políticas e estratégias de capital consideram uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado e são revisadas periodicamente pela Diretoria e Conselho de Administração, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da Instituição.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Conforme Resolução CMN nº 3.490/07 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de -300% a 300% e um índice mínimo de 11% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco.

O Banco realiza a mensuração do capital regulatório a partir dos modelos padronizados definidos pelo CMN e BACEN. Os limites operacionais são apurados mensalmente e o capital comparado com a exigência decorrente das exposições aos riscos de mercado, relacionado à ponderação de ativos (risco de crédito, entre outros), operacional e de taxas de juros da carteira de não-negociação.

Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basileia.

Base de Cálculo	Siglas	31/12/2012		31/12/2011	
		Financeiro	Econômico-financeiro	Financeiro	Econômico-financeiro
1 Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	PR_LB	2.353.112	1.904.322	1.127.383	1.122.062
2 Patrimônio de Referência	PR	2.372.888	1.904.322	1.127.383	1.122.062
2.1 Patrimônio de Referência – Nível I	PR I	1.582.342	1.270.013	751.612	748.058
2.2 Patrimônio de Referência – Nível II	PR II	790.546	634.309	375.771	374.004
3 Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco	PEPR	1.555.119	1.507.147	1.066.732	1.051.039
4 Parcela de Câmbio	PCAM	19.065	-	-	-
5 Parcela de Juros (Pré Fixados)	PJUR1	48.660	48.628	81	81
6 Parcela de Juros (Índices de Preços)	PJUR3	4.058	20.282	-	-
7 Parcela de Juros (Taxa de Juros)	PJUR4	-	3.142	-	-
8 Parcela de Ações	PACS	-	3.557	1.753	1.753
9 Parcela do Risco Operacional	POPR	205.260	210.104	149.208	153.382
10 Patrimônio de Referência Exigido	PRE (3+4+5+6+7+8+9)	1.832.162	1.792.860	1.217.774	1.206.255
11 Parcela do Risco das Posições Banking	RBAN	26.852	27.063	142.840	142.840
12 Margem	Margem (1-10-11)	494.098	84.399	(233.231)	(227.033)
Índice de Basileia		14,13%	11,68%	10,18%	10,23%

Consoante aos preceitos do Novo Acordo de Capital (Basileia II), o BACEN publicou as Circulares nºs 3.360 a 3.366, 3.368, 3.383, 3.389, 3.498 e 3.568, que definem as metodologias das parcelas de capital necessárias para os Riscos de Crédito, Mercado e Operacional, respectivamente, bem como a Resolução nº 3.444, que altera as regras de apuração do Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais.

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices de preço INPC, INCC, IPCA e IGPM, além de outras taxas de juros (TR) e à variação cambial. As variações cambiais são referenciadas ao Dólar Americano (US\$).

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira Banking: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2012

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(3.185)	(719.194)	(1.535.214)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(609)	(41.100)	(79.481)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(123)	(22.489)	(42.421)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(59)	(1.478)	(2.957)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(23)	(1.080)	(2.175)
Total 31/12/2012		(3.999)	(785.341)	(1.662.248)
Total 31/12/2011		(2.638)	(750.997)	(1.663.762)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado de 31/12/2012, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 2,0639.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 2,5544.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 3,0653.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2012 e 31/12/2011.

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativos – Dólar		
Operações de Crédito (ACC/CCE)	475.276	111.377
Total Ativos	475.276	111.377

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Passivos – Dólar		
Dívida subordinada	1.184.089	961.796
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	612.588	925.349
Obrigações por empréstimos no exterior	307.618	-
Total Passivos	2.104.295	1.887.145

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2012 e 31/12/2011, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Consolidado			
	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos - Dólar				
Swap	1.747.126	1.717.875	2.432.492	2.314.605
DDI	73.456	55.380	(246)	(76)
DOL	-	-	(56)	-
Total	1.820.582	1.773.255	2.432.190	2.314.529
Passivos - Dólar				
Swap	22.500	6.000	23.618	6.617
DDI	410.834	102.450	1.592	436
DOL	85.623	55.381	289	91
Total	518.957	163.831	25.499	7.144

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN no 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN no 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no *site* www.panamericano.com.br/ri, Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	Consolidado		
	31/12/2012		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Lucro / (prejuízo) não realizado
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	2.250.173	2.252.099	1.926
- Ajuste de títulos para negociação	505.446	505.446	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.442.836	1.442.836	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	301.891	303.817	1.926
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	12.567.058	13.489.803	922.745
Depósitos a prazo	2.362.061	3.485.588	(1.123.527)
Depósitos Interfinanceiros	4.150.507	3.767.562	382.945
Recursos de emissão de títulos	3.564.758	3.974.559	(409.801)
Obrigações por empréstimos e repasses	445.019	456.789	(11.770)
Dívidas Subordinadas	1.194.629	1.520.693	(326.064)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(563.546)

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- TVMs, Dívidas Subordinadas, instrumentos derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação a modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

34) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco e suas controladas contribuem mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco e de suas controladas como patrocinadores. No exercício findo em 31/12/2012, o montante dessa contribuição foi de R\$ 721 no Banco e R\$ 795 no Consolidado (R\$ 784 no Banco e R\$ 1.057 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2011).

Além desse benefício, o Banco Panamericano oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2012 a R\$ 11.267 no Banco e R\$ 36.642 no Consolidado (R\$ 5.335 no Banco e R\$ 10.610 no Consolidado no exercício 31/12/2011).

35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco	
	31/12/2012	31/12/2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.063.446)	(589.359)
Alíquota efetiva (2)	40%	40%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	425.379	235.744
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	13.213	13.217
Crédito tributário sobre juros sobre capital próprio		6.732
Ativação de crédito tributários exercícios anteriores	22.381	357.897
Outros valores (3)	(1.453)	36.007
Receita de Imposto de renda e contribuição social do exercício	459.520	649.597

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(866.630)	(595.684)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	350.221	237.783
Efeito no cálculo dos tributos:		
Crédito tributário de exercícios anteriores não constituídos	(4)	(9)
Crédito tributário sobre juros sobre capital próprio	-	7.531
Ativação de crédito tributários exercícios anteriores	22.381	360.033
Outros valores (3)	(1.939)	57.392
Receita de Imposto de renda e contribuição social do exercício	370.659	662.730

- (1) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3n);
- (2) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e de Seguros e as empresas dos demais segmentos; e
- (3) Os outros valores em 31/12/2011 apresentam a seguinte composição: (i) Fraudes indedutíveis de cartões no montante de (R\$ 3.452) no Banco e no consolidado; (ii) Reversão de PDD do Fundo de Investimento FF Multisegmento, encerrado em 29 de junho de 2011, nos montantes de R\$ 38.201 no Banco e R\$ 59.700 Consolidado; (iii) Outras adições/exclusões permanentes no montante de (R\$ 1.258) no Banco e (R\$ 1.144) no consolidado.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco			
	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	422.801	491.599	(94.187)	820.213
Provisão para contingências cíveis	46.656	-	(6.285)	40.371
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	182.737	34.719	-	217.456
Provisão para contingências trabalhistas	6.826	-	(2.224)	4.602
Provisão para contingências tributárias	6.852	-	(5.489)	1.363
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	28.946	8.379	-	37.325
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	7.817	-	(330)	7.487
Provisão para gratificação de funcionários/PLR	2.561	9.231	(2.561)	9.231
Provisão para juros sobre capital próprio – JCP	6.732	-	(6.732)	-
Outras provisões	28	8.205	(28)	8.205
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	711.956	552.133	(117.836)	1.146.253
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.479.424	24.034	-	1.503.458
Total dos créditos tributários	2.191.380	576.167	(117.836)	2.649.711
Obrigações fiscais diferidas (nota 35e)	(19.816)	-	1.157	(18.659)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.171.564	576.167	(116.679)	2.631.052

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2011	Saldos Adquiridos	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	454.283	11.834	525.331	(135.312)	856.136
Provisão para contingências cíveis	51.989	153	110	(7.467)	44.785
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	209.122	-	39.209	-	248.331
Provisão para contingências trabalhistas	8.766	-	278	(2.494)	6.550
Provisão para contingências tributárias	9.826	-	4.069	(5.520)	8.375
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	31.157	-	8.413	-	39.570
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	8.617	4.014	2.866	(2.181)	13.316
Provisão para Gratificação de funcionários/PLR	2.625	920	10.545	(4.104)	9.986
Provisão para juros sobre capital próprio – JCP	6.732	-	965	(6.732)	965
Fundos Imobiliários (Ourinvest)	-	7.993	468	(1.209)	7.252
Empréstimos (Ourinvest)	-	449	1.661	(567)	1.543
Outras provisões	636	-	11.092	(1.802)	9.926
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	783.753	25.363	605.007	(167.388)	1.246.735
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.664.925	25.133	58.633	(23.817)	1.724.874
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	96.537	-	-	(54.472)	42.065
Total dos créditos tributários	2.545.215	50.496	663.640	(245.677)	3.013.674
Obrigações fiscais diferidas (nota 35e)	(230.981)	(14.080)	(1.530)	39.019	(207.572)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.314.234	36.416	662.110	(206.658)	2.806.102

Os créditos tributários das empresas dos segmentos financeiros e de seguros foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (nota 3n).

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção da realização do crédito tributário foi elaborada com base no atual plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração em 21/01/2013, o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Banco					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	368.620	-	50.932	-	419.552
2013	756.942	192.373	58.908	182.631	815.850	375.004
2014	261.074	50.596	144.207	174.428	405.281	225.024
2015	42.728	42.611	181.482	224.692	224.210	267.303
2016	44.962	55.151	215.116	245.042	260.078	300.193
2017	35.285	2.216	106.862	267.172	142.147	269.388
2018	739	201	238.553	334.527	239.292	334.728
2019	468	84	387.882	-	388.350	84
2020	4.055	104	170.448	-	174.503	104
Total	1.146.253	711.956	1.503.458	1.479.424	2.649.711	2.191.380

	Consolidado							
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	389.122	-	69.834	-	3.710	-	462.666
2013	800.922	220.250	59.791	196.026	860	11.215	861.573	427.491
2014	290.378	59.172	147.798	189.365	3.802	25.208	441.978	273.745
2015	50.594	49.800	187.674	245.789	9.113	36.732	247.381	332.321
2016	52.116	61.702	228.352	257.935	12.748	17.481	293.216	337.118
2017	44.727	2.338	119.083	288.775	9.514	1.660	173.324	292.773
2018	2.189	1.181	253.702	357.013	5.519	390	261.410	358.584
2019	1.611	84	403.564	26.294	319	141	405.494	26.519
2020	4.055	104	183.080	31.127	141	-	187.276	31.231
2021	-	-	2.301	2.766	30	-	2.331	2.766
2022	-	-	-	-	19	-	19	-
Total	1.246.592	783.753	1.585.345	1.664.924	42.065	96.537	2.874.002	2.545.214

Em 31/12/2012, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco, totalizava R\$ 1.850.696 no Banco e R\$ 2.004.031 no Consolidado (R\$ 1.366.582 no Banco e R\$ 1.512.498 no Consolidado em 31/12/2011).

Em 31/12/2012 conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CVM/BACEN 3.059/2002, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 139.529, não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2012, o Banco e o consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 782.172 (31/12/2011 - R\$ 838.133 no Banco e R\$ 838.155 no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 312.869 no Banco e no consolidado R\$ 312.869 no Consolidado (31/12/2011 - R\$ 335.253 no Banco e R\$ 335.262 no Consolidado), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Banco	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(19.816)	-	1.157	(18.659)
Total	(19.816)	-	1.157	(18.659)

Consolidado	Saldo em 31/12/2011	Novas Aquisições	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(19.816)	-	8.197	(1.530)	(13.149)
Superveniência de depreciação	(211.165)	(14.080)	30.822	-	(194.423)
Total	(230.981)	(14.080)	39.019	(1.530)	(207.572)

As obrigações fiscais diferidas das empresas dos segmentos financeiro e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (Nota 3n).

36) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 30.689 (R\$ 23.484 em 31/12/2011);
- b) O Banco e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/12/2012 e 31/12/2011, o Banco e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias; e
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco Panamericano não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco Panamericano S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referente ao exercício findo em 31/12/2012.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco Panamericano S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2012.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice-Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Marcos Roberto Vasconcelos

Roberto Balls Sallouti

Marcio Percival Alves Pinto

Fabio Lenza

Antonio Carlos Canto Porto Filho

Roy Martelanc

Marcos Antonio Macedo Cintra

Otto Steiner Junior

Mateus Affonso Bandeira

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Iuri Rapoport

Eduardo Nogueira Domeque

Leandro de Azambuja Micotti

Paulo Alexandre da Graça Cunha

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa

Willy Otto Jordan Neto

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

CONSELHO FISCAL

Daniela Maluf Pfeiffer

Fábio Franco Barbosa Fernandes

Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Otto Steiner Junior

Antônio Carlos Rovai

Marcos Wagner da Fonseca

Sergio de Jesus
Contador – CRC 1SP198209/O-2

**Banco Panamericano S.A. e
Banco Panamericano S.A. e suas
controladas**

**Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012**

Relatório dos auditores independentes

Aos
Administradores e Acionistas
Banco Panamericano S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e de suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia

Banco Panamericano S.A.

dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Panamericano S.A. e do Banco Panamericano S.A. e suas controladas (“Consolidado”) em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Limites Operacionais Regulatórios

Consoante apresentado na nota 33, os limites operacionais regulatórios na data-base de 31 de dezembro de 2011 encontravam-se desenquadrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. Dentre as medidas adotadas no exercício de 2012 para o referido enquadramento do Banco aos limites regulatórios foi efetuado aumento de capital no valor de R\$ 1.759 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 tais limites encontram-se atendidos, conforme mencionado na nota 33. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 35, existem em 31 de dezembro de 2012 créditos tributários ativos, no valor de R\$ 3.014 milhões, reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos para 31 de dezembro de 2012 e aprovados pelo Conselho de Administração, que incluem estudo da conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas nas referidas projeções. A realização desses créditos tributários registrados contabilmente depende da materialização dessas projeções e plano de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Resumo do
Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Panamericano S.A.
Data Base: 31/12/2012

1. Introdução

De acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria (Comitê) avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Panamericano S.A., o cumprimento e efetividade dos sistemas de controle interno das empresas integrantes do Conglomerado, a correspondente observação das políticas, normas e regulamentos internos, bem como a observância das exigências legais e regulamentares, do sistema de administração de riscos e a atuação independente e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa e da auditoria interna.

Em cumprimento às resoluções em vigor, o Comitê apresenta este Relatório, que procura detalhar as atividades desenvolvidas durante o segundo semestre de 2012, bem como enfatizar os aspectos considerados relevantes nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012.

2. Atividades do Comitê

O presente Comitê é composto por três membros eleitos em 06 de dezembro de 2010. O presidente, Sr. Otto Steiner Junior, é também membro independente do Conselho de Administração. O especialista financeiro é o Sr. Antonio Carlos Rovai, e o Sr. Marcos Wagner da Fonseca cumpre as funções de secretário do Comitê.

As atividades do Comitê, desenvolvidas no segundo semestre de 2012, englobaram 11 reuniões formais, analisando aspectos e informações de interesse do Banco e de suas controladas que foram consideradas relevantes no desenvolvimento de suas funções.

Especificamente, em reuniões realizadas em 31/10/2012 e 18/02/2013, foram analisadas e aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 30/09/2012 e 31/12/2012, respectivamente. Os resultados dessas reuniões foram discutidos com os membros do Conselho de Administração.

Cabe enfatizar que as avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, de *compliance* em suas próprias análises.

3. Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos

Durante o segundo semestre de 2012, o Comitê avaliou, em reuniões com as correspondentes Diretorias, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Banco, com ênfase nos riscos de crédito e de liquidez.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações obtidas e acompanhamento dos trabalhos realizados pelas áreas responsáveis, de *compliance*, pela auditoria interna e pela auditoria independente conclui que não foram identificadas falhas relevantes no cumprimento da legislação, da regulamentação ou das políticas e normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

4. Auditoria Externa

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações financeiras, pelo planejamento e execução da auditoria, conforme normas reconhecidas e seu relatório deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco, com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, Resoluções do Conselho Monetário Nacional -

CMN, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Comitê de Auditoria mantém canal de comunicação permanente com o sócio do auditor independente e sua equipe, responsável por emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Panamericano S.A., tanto através das reuniões formais do Comitê de Auditoria, quanto durante o período em que os trabalhos são realizados. Isto vem permitindo a seus membros acompanhar as atividades desenvolvidas pela equipe de auditores e a execução do planejamento de auditoria, tomando conhecimento das eventuais fragilidades de controle interno por eles identificadas e fundamentar suas conclusões sobre as demonstrações financeiras e sobre os controles internos da Instituição.

5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna desenvolve sua atuação observando, principalmente, o gerenciamento de riscos, o sistema de controle interno em vigor e a cobertura nas áreas que representam risco mais elevado e apoio ao Comitê de Auditoria.

A Auditoria Interna foi reestruturada e, por decisão do Conselho de Administração, reporta-se ao Comitê de Auditoria. Foram contratados auditores com experiência profissional, inclusive nas áreas de segurança da informação e tecnologia/sistemas, concentrando seus esforços nos trabalhos de cobertura das áreas de risco mais elevado e nas demandas do Comitê de Auditoria. Estas atividades são definidas anualmente no Plano de Ação da Auditoria Interna, analisado e aprovado pelo Comitê de Auditoria. Os resultados destes trabalhos são reportados em relatórios mensais, apresentados durante as reuniões do Comitê. Estes relatórios não revelaram a existência de falhas materiais que possam comprometer a solvabilidade da instituição durante o período.

Durante o segundo semestre de 2012 (setembro) houve a Integração das equipes de auditoria interna BFRE/Panamericano.

Os relatórios elaborados pela Auditoria Interna são de conhecimento integral do Comitê de Auditoria e das áreas pertinentes da instituição. Há registro também de reconhecimento por parte de integrantes da equipe de fiscalização do Banco Central do teor e conteúdo dos relatórios elaborados.

6. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Panamericano S.A. de 31/12/2012, alcançaram a normalidade quanto à comparabilidade com períodos anteriores. O Balanço Patrimonial tem os saldos de 31/12/2012 comparados aos saldos de 31/12/2011. As Demonstrações do Resultado, do Valor Adicionado e do Fluxo de Caixa de 2012 estão sendo apresentadas comparativamente com as de 2011, nestas demonstrações há ainda os valores referentes ao segundo semestre de 2012 para o Banco.

O Comitê de Auditoria teve acesso aos balancetes mensais para acompanhar a evolução das principais contas patrimoniais e de resultado. Estes resultados foram apresentados pela Diretoria de Controladoria e Compliance, de maneira detalhada e objetiva para que os membros do Comitê pudessem aprofundar suas análises sobre as demonstrações financeiras de 30/09/2012 e 31/12/2012.

Além deste acompanhamento mensal das demonstrações financeiras, vários outros trabalhos desenvolvidos pela Diretoria de Controladoria e Compliance promoveram melhoria de qualidade nas demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria tem acompanhado as ações desta área por meio das reuniões formais, informais e pela apresentação do relatório de gestão do ano de 2012. Este acompanhamento permite ao Comitê verificar constantemente este processo e apresentar as sugestões necessárias durante a implantação dos trabalhos e avaliar os resultados obtidos.

7. Crédito Tributário

Para atendimento das normas contidas na Resolução CMN nº 3.059, de 23 de dezembro de 2002 e Circular BACEN nº 3.171, de 31 de dezembro de

2002, foram elaborados estudos técnicos de viabilidade da realização dos créditos tributários do ativo tributário diferido contabilizado em 31 de dezembro de 2012, para cada entidade, do conglomerado econômico financeiro que possuem tais ativos.

O documento ESTUDOS TÉCNICOS DE VIABILIDADE DA REALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS de dezembro de 2012 foi analisado e aprovado pelo Comitê de Auditoria em reunião realizada em 05/02/2012.

O papel do Comitê de Auditoria é verificar se as projeções realizadas pela Diretoria mantêm coerência com o que se aceita como razoável no mercado. O Comitê conclui que o documento está coerente com as informações e projeções aceitas pelo mercado na atualidade.

8. Limite Operacional - Acordo da Basileia.

A Nota explicativa 33 das Demonstrações Financeiras apresenta o cálculo do Índice de Basileia, que em 31/12/2012, atingiu 11,68%, contra 10,23% em 31/12/2011. Houve também o aumento de 110,4% no Patrimônio de Referência, atingindo R\$2.372.888 mil.

O Patrimônio de Referência Exigido – PRE apresentou variação de 50,45% em relação à posição de 31/12/2011. A parcela de exposição ponderada pelo risco (PEPR) evoluiu 45,78% no período.

9. Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas, diretamente pelo Comitê, bem como, fundamentado nas revisões e avaliações, anteriormente mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, dos balanços patrimoniais individual e consolidado, auditados do Banco Panamericano S.A., em 31 de dezembro de 2012, das demonstrações individual e consolidada do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado com base em 31 de dezembro de 2012, bem como de suas correspondentes notas explicativas.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013.

Otto Steiner Junior

Presidente

Marcos Wagner da Fonseca

Secretário

Antonio Carlos Rovai

Especialista Financeiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco Panamericano S/A após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2012 e com base:

- a) no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 18/02/2013, com ênfase em relação ao desenquadramento dos limites operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, requeridos pelo Banco Central do Brasil, e ênfase em relação aos créditos tributários ativados que, para sua realização, dependem da materialização das projeções constantes do Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração, em 21/01/2013, conforme nota explicativa nº 35;
- b) na reunião com os auditores externos; e,
- c) no relatório do Comitê de Auditoria,

Entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no exercício.

Os exames das demonstrações citadas foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Diretoria de Controladoria e Compliance.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013

Paulo Roberto Salvador Costa
Presidente

Daniela Maluf Pfeiffer
Conselheira

Fábio Franco Barbosa Fernandes
Conselheiro